



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 16/10/2020

GLOBAL	2
OECD prevé que Asia será la única región con aumento del consumo de carnes	2
COVID-19 impuso un freno sobre la corriente de inversiones desde CHINA	2
Impacto del COVID-19 en la industria de carnes.....	3
Alianza Internacional de la Carne Bovina en contra de los controles por COVID 19 sobre importaciones	5
CHINA	5
Importaciones chinas de carne crecieron en setiembre y acumulan suba de 72% en el año.....	5
Crecientes dificultades para comerciar con CHINA.....	6
BRASIL	7
Mercado en alza y premio para los Novillos China	7
Menos oferta y exportaciones presionan sobre los valores.....	7
Precio de la vaca se acerca al del novillo	8
Menor faena en el primer semestre de 2020	8
Valor de exportaciones de carnes a septiembre de 2020	9
Exportaciones confirman incremento datos parciales del mes de octubre.....	10
Proyectan que las exportaciones reportarán 8 mil millones de dólares	10
IBGE: ligero incremento en las existencias de bovinos.....	11
Portugal apoya la firma del acuerdo UE- Mercosur	11
Aumentan el número de agregados agrícolas brasileños	13
URUGUAY	13
Con un mercado internacional aplanado, se prevé que el precio de la hacienda en la región continúe en baja.....	13
Empieza la segunda zafra	14
INAC destaca que hay señales de reactivación en el sector cárnico.....	14
Uruguay pierde acceso a la Cuota 481 y EEUU no completa su cupo	14
Carne: un paso atrás para el salto	15
Por qué el negocio de corral ha perdido su atractivo	16
Nueva Zelanda y Uruguay trabajan para reducir emisiones de la producción ganadera de base pastoral	16
PARAGUAY	17
Valor del macho para faena se mantiene estable en US\$ 2,80 por kilo carcasa	17
Exportadores negocian con Israel para un posible arribo de rabinos en noviembre	17
La demanda de Chile sigue activa y con perspectivas positivas	17
UNIÓN EUROPEA	18
Estudio sobre el futuro de la ganadería – Aspectos ambientales, económicos y sociales.....	18
BREXIT: exigen definir el acuerdo de desvinculación	20
REINO UNIDO: repudio a una ley que exime a las importaciones de cumplir con las normas de bienestar animal	20
Entidades rurales solicitan ayuda para morigerar el impacto del COVID	21
ESTADOS UNIDOS	21
Caen precios futuros ante nueva ola de casos de COVID 19	21
Exportaciones mantienen tendencia a la baja – Recalcan la evolución de los cortes	21
Elecciones presidenciales: Evalúan impacto en la demanda de carnes - Puntos de especial interés para el sector agropecuario	22
AUSTRALIA	23
Futuro sectorial hacia 2025	23
La ganadería neozelandesa está en camino de ser neutral en emisiones de carbono	24
Percepción positiva de los consumidores sobre las carnes bovinas	25
Futuro de la ganadería en una economía de bajo carbono	25
EMPRESARIAS	27
PARAGUAY Marfrig adelanta su proyecto de construir un frigorífico	27
JBS: empresa subsidiaria de ESTADOS UNIDOS acordó pago de abultada multa.....	27
Minerva suspende plan para llevar Athena Foods a la bolsa de Estados Unidos.....	28



GLOBAL

OECD prevé que Asia será la única región con aumento del consumo de carnes

Fonte: O Presente Rural. This post was published on 13 de outubro de 2020

As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontam, em curto prazo, que os preços da carne bovina no mundo cairão devido à oferta dos principais países produtores, entre eles o Brasil. As mesmas projeções indicam também que à medida que os produtores reduzirem o ritmo e a taxa de crescimento da produção diminuir, os preços aumentarão lentamente.

No relatório ainda há previsão de crescimento do consumo de carne bovina para os próximos dez anos, com destaque para o continente asiático, única região com aumento de consumo per capita. Esse cenário futuro está no documento intitulado “OECD-FAO Agricultural Outlook 2020-2029”, elaborado a partir de contribuições de especialistas e foi tema do Boletim CiCarne “Projeções para o mercado mundial de carne bovina 2020-2029”.

A OECD e a FAO publicaram em 16 de julho o documento. Trata-se de publicação elaborada a partir de contribuições de especialistas e fornece uma avaliação de perspectivas para dez anos dos mercados de commodities agrícolas e as tendências econômicas e sociais do setor global de alimentos, entre eles, aspectos do mercado da carne bovina. Segundo as projeções da OECD e FAO, em curto prazo, os preços reais da carne bovina no mundo cairão rapidamente devido à ampla oferta dos principais países produtores, como Argentina, Brasil e Estados Unidos, após um rápido aumento no estoque de rebanhos nos últimos anos. No entanto, à medida que os produtores reduzirem o ritmo e a taxa de crescimento da produção diminuir, os preços nominais aumentarão lentamente.

Produção mundial

A produção mundial de carne bovina tem projeção de aumentar em seis milhões de toneladas equivalente carcaça (TEC) até 2029, e 81% desse aumento virá de países em desenvolvimento (Gráfico 1). No curto prazo, o suprimento dos diversos tipos de carnes se manterá influenciado pelo impacto da peste suína africana na Ásia e a redução do rebanho bovino na Austrália, devido a condições climáticas. Acredita-se que, após 2021, esses fatores estarão estáveis e uma gradual recuperação na produção mundial ocorrerá, liderada por Argentina, Brasil e Estados Unidos.

Nos EUA, a produção avançará devido ao aumento do número de abates e do peso das carcaças, resultante de baixos custos de alimentação. No Brasil, o crescimento da produção se beneficiará da oferta abundante e favorável de recursos naturais, alimentação, disponibilidade de pastagens, ganhos de produtividade e, em certa medida, da desvalorização do Real.

No relatório, prevê-se que o consumo de carne bovina cresça nos próximos dez anos e represente 16% do aumento total no consumo de carnes. Nos países em desenvolvimento, o consumo continuará sendo menor, cerca de um terço do volume consumido per capita em países desenvolvidos. A Ásia é a única região para a qual se projeta aumento de consumo per capita. Vários países que possuem alto consumo de carne bovina diminuirão, devido ao consumo de carnes de menor preço, suína e de frango.

Comércio

A comercialização de carnes no mundo (excluindo animais vivos e produtos processados) será em torno de 12% maior em 2029, liderada pelas carnes de frango e bovina. Isso representa uma desaceleração no crescimento do comércio de carnes para uma taxa anual média de quase 0,6%, em comparação com 3% na década anterior. Por outro lado, se espera que a parcela da produção total aumente levemente ao longo do tempo. A participação das três maiores regiões exportadoras somadas (Brasil, União Europeia e Estados Unidos) representará quase 60% das exportações mundiais de carne até 2029.

Na América Latina, espera-se que os países exportadores tradicionais detenham alta parcela do comércio global. Surtos de doenças animais, restrições sanitárias e políticas comerciais continuarão sendo os principais fatores que impulsionam a evolução e a dinâmica nos mercados mundiais de carne. Incertezas relacionadas a acordos comerciais existentes ou futuros ao longo do período de previsão podem mudar os padrões de comércio.

Em curto prazo, a magnitude e a duração do impacto da Covid-19 são incertas, mas é esperado que a produção de carne e os padrões de consumo, especialmente referente a serviços de alimentação, sejam afetados. Em médio prazo, mudanças nas preferências e atitudes dos consumidores em relação ao consumo de carne, em vista de seu impacto na saúde, no meio ambiente, no bem-estar animal e nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) podem levar a um crescimento mais modesto da demanda.

COVID-19 impuso un freno sobre la corriente de inversiones desde CHINA

Beef Central, October 14, 2020



DISRUPTIONS to global economic activity that resulted from the COVID-19 pandemic have negatively impacted foreign direct investment, including China's investment abroad, a recent NAB report suggests.

China's foreign investment surged over the past few decades, with its focus changing as the country has developed. However global political tensions, particularly with the United States, slowed China's foreign direct investment prior to COVID, and could remain a constraint in years to come, NAB international economist Gerard Burg suggests.

While the report covers Chinese foreign investment across all sectors, many of its conclusions can be attached to the agriculture sector.

From a global perspective, foreign direct investment flows have been highly cyclical – typically accelerating during economic booms and plunging following downturns, the NAB report suggests.

Peaks in recent decades were in 2000 (prior to recession in the EU and US), 2007 (prior to the Global Financial Crisis) and 2015 (ahead of a downturn triggered by fears around China's economy).

Investment weaker since 2015

Global foreign direct investment flows into all countries totalled around US\$2 trillion in 2015, before retreating in subsequent years, NAB's report says.

A range of factors have influenced this declining trend, including tax incentives implemented in the US in 2017 designed to encourage US multinational firms to repatriate earnings from abroad, as well as a slowdown in outflows from China.

In 2019, global foreign direct investment flows totalled US\$1.5 trillion. China's share of global foreign investment remained relatively modest until 2007, at around 1.2pc of the total – before rising to almost 10pc in 2016.

This increase in share was due to both a steady increase in the value of China's foreign investment as well as the drop off in investment from a number of major economies due to the impact of Global Financial Crisis and subsequent recessions.

Since the GFC, there was a significant shift in the focus of China's investment by sector. Data from the American Enterprise Institute shows that prior to 2012, investment was largely focused on energy and minerals, to guarantee the supply of these materials to China's rapidly expanding industrial sector.

In the period from 2005 to 2012, just over 70pc of China's foreign investment was directed towards these sectors. While this sector continued to receive a large share of investment, from 2012 through 2019, there was also substantial investment in areas such as agriculture, transport, real estate and technology.

The slowdown in China's investment since its peak reflected both domestic policies to control capital flight – due to concerns around financial market liquidity and currency stability from late 2015 through 2016 – as well as measures in target countries (particularly the US) to restrict Chinese investment, NAB's report said. More recently, China's investment in the US was limited by stricter regulatory oversight and negative sentiment as a result of the trade war between the two countries. The impact of these various measures is evident in data showing a steep drop-off in Chinese investment into the US – from US\$23 billion in 2017 to US\$10 billion in 2018 and just US\$3 billion in 2019.

China's foreign direct investment slowed over a number of years ahead of COVID-19, however the impact of the virus domestically and internationally stalled investment in the first half of 2020, NAB's report said.

Stronger economic growth in the second half of this year could support an increase in foreign investment over this period and into 2021, however regulatory restrictions remain in place in the US, and there remains potential for other countries to implement restrictions.

The UN Conference on Trade and Development forecast global foreign direct investment flows will decline by 40pc in 2020, which would result in total investment falling below US\$1 trillion for the first time since 2005.

The organisation anticipates further falls in 2021 – in the range of 5-10pc – before starting to recover in 2022, however it notes the high degree of uncertainty around this outlook, in part due to the unknown duration of the pandemic.

They highlight that the COVID pandemic has generated shocks to both the supply of and demand for foreign investment, as well as impacting government policies – the latter having a considerable potential to constrain Chinese investment.

A key driver of the expected pickup in investment flows in 2022 is the restructuring of global supply chains, NAB says. In part, this may be required to develop greater resilience – with the fragility of supply chains highlighted during the early stages of the pandemic – but also efforts to develop non-Chinese industrial capacity to avoid growing trade barriers.

Impacto del COVID-19 en la industria de carnes

by Shelley Marshall, The Conversation

From the United States to Brazil, Britain, Germany and Australia, meat-processing plants have played a peculiar role in spreading COVID-19.



In Brazil, union officials allege one-fifth of the industry's employees—about 100,000 meat plant workers—have been infected. In the US, meat-processing facilities have been linked to more than 38,500 cases and at least 180 deaths. Meat works made up almost half of US COVID-19 hotspots in May. They were also the major initial source of infections in Australia's June "second wave" outbreak in the state of Victoria.

One reason for these transmissions is that meat processing takes place in confined refrigerated spaces. But the fact the industry has not been linked with large viral outbreaks in all countries and regions suggests other, controllable factors have also been instrumental.

The fundamental lesson from these outbreaks is that unhealthy working conditions and precarious work need to be addressed to stop the meat industry acting as an incubator of COVID-19.

Unhealthy work conditions

Past studies have shown influenza and other coronaviruses (SARS and MERS) are more stable and therefore spread more easily in lower temperatures. Though lower temperatures have not yet been conclusively proven to increase COVID-19 transmissions, Australian researchers have identified an association with lower humidity.

This alone increases the risk to meat-processing workers, who perform strenuous manual labor on a production line in relatively close proximity to others. But that risk is compounded by other factors—particularly poor air quality contributing to respiratory illness, which makes any COVID-19 infection more severe.

As noted by the US Occupational Safety and Health Administration, among the "many serious safety and health hazards" long associated with meat-processing work are "biological hazards associated with handling live animals or exposures to feces and blood which can increase their risk for many diseases".

A 2017 study found respiratory disorders such as coughing, breathlessness and wheezing three to four times more prevalent among slaughterhouse workers than office workers. Among poultry workers, a 2013 study found more than 40% had asthmatic symptoms (compared with about 10% of all adults). This was attributed to "poultry dust", a biologically active combination of chicken residue, feathers and molds.

Insufficient ventilation makes the spread of the coronavirus 20 times more likely, according to a report published by the European Federation of Food, Agriculture and Tourism Trade Unions in June.

That report lists other factors too, such as inadequate social distancing and a dearth of appropriate personal protective equipment. But ultimately, poor air-quality is symptomatic of the lack of a healthy and safe workplace for many meat-processing workers.

It is also pertinent to the rest of us. The American Society for Heating, Refrigeration, and Air - Conditioning Engineers, for example, has recommended ventilation air intake in all buildings should now be three air changes an hour. That's three to five times higher than the minimum standard for offices.

What this all comes down to is a critical need to improve health and safety standards in abattoirs and meat processing facilities across the board.

Increase job security and sick leave entitlements

The other main lesson to be drawn from the meat-processing industry is the risk posed by "precarious work", where workers lack the rights and protections of being an employee.

It is no coincidence, as the European Federation Union report argues, that the vast majority of meat workers testing positive in Europe have been migrant workers, hired through subcontractors, with few employment rights and often living in overcrowded accommodation.

An estimated 80% of meat workers in the Netherlands, for example, are from central and eastern Europe, employed through temporary agencies.

Workers are typically employed as casuals, or "daily hires" (meaning their jobs technically terminate at the end of every shift) or through subcontracting arrangements that deem them "self-employed". As the report notes: "Employment conditions for many meat workers are extremely precarious. Moreover, the level of sick pay allowances can be very low. This may have determined the fact that in case of experiencing COVID-19 symptoms some workers have not reported the status of their health conditions for fear of losing their job or for not being able to afford a decent living with sick pay allowances."

These things can be fixed

Evidence from a number of countries shows these things can be fixed.

Denmark is the poster-child for the automation of meat processing and decent pay, allowing for social distancing within factories and thus low COVID-19 outbreaks.

In Spain, a collective agreement that guarantees subcontracted workers the same conditions as other employees has been credited with controlling COVID-19 transmissions.

In Germany, transmissions linked to meat processing slowed after abattoirs were banned from hiring temporary workers in May.

In Victoria, Australia, ensuring all workers have access to paid pandemic leave (along with other measures including the government mandating strict physical distancing and safety protocols in plants) appears to have proven successful.



But many of these responses are only temporary emergency responses. The global pandemic has brought global attention to the longer-term need for systemic reform to eliminate the dangers of unhealthy workplaces and disempowered workers, and ensure that workers can afford to stay home when they are sick.

In a sense we are all complicit in a system that has seen working conditions worsen over the last decade. We've accepted the rise of complex subcontracting and fake "phoenix" companies designed to strip workers of employee status, and supermarket and fast-food chains pushing cost pressures down supply chains, simply because we like cheap meat.

There are moves in Europe to address this lack of accountability through extending legal liability throughout the whole subcontracting chain. Other countries would do well to learn from these examples. One way or the other, our love of cheap prices shouldn't see workers getting treated like meat.

Alianza Internacional de la Carne Bovina en contra de los controles por COVID 19 sobre importaciones

Beef Central, October 15, 2020 Seven major beef producing and exporting countries have expressed deep concern at the imposition of border testing for COVID-19 that is not based on international Codex standards.

The member countries represented on the International Beef Alliance held their annual conference this year on Monday and Tuesday, via webinar. Comprising the cattle producer organisations from Australia, Brazil, Canada, Mexico, New Zealand, Paraguay and the United States, the IBA members account for 47 percent of global beef production and 66pc of exports.

In a clear reference to recent actions in China, which two months ago launched widespread testing of chilled and frozen meat products at port for COVID contamination, the IBA said while it understood the pressure that governments around the world faced to keep citizens safe from COVID, its membership called for the use of "risk-based measures grounded in sound science and aligned to international standards."

"The year 2020 has been a difficult one for cattle producers with the COVID pandemic disrupting beef production, processing and trade throughout the world," the organisation said.

"While the cattle and beef sectors in some IBA countries have been severely affected, we have adapted our risk management procedures and continue to produce safe, healthy and nutritious beef products."

"COVID highlighted the importance of international food trade in achieving food security and economic prosperity. The past six months have proven that we are a critical part of an interconnected global food supply chain, and beef cattle producers remain staunchly committed to improving the wellbeing of people, our animals, and the environment," the IBA said.

"The contribution of IBA members to global food security could not be understated. We reiterate the importance of free and open markets that allow consumers to access supplies of safe, nutritious and sufficient food. Trade distortions such as export restrictions, import tariffs, tariff-rate quotas and non-tariff barriers impede this matching of demand with supply."

"As a result of COVID, we have seen measures put in place that restricts both exports and imports, making it more difficult for consumers to access food. We support the removal of these trade barriers as soon as possible," it said.

The IBA also welcomed changes made by many countries to improve food trade and food security by lowering or removing trade barriers; adopting electronic certification in place of paper documentation; maintaining supply chains and enhancing the facilitation of food trade at the border, and providing greater transparency in measures affecting agricultural production and trade.

"It is imperative that we work together to ensure consumers have continued access to high quality, safe products, and we accordingly urge all countries to work to reduce and remove all barriers to food trade, enhance the transparency and functioning of food supply chains, and ensure that all countries adopt measures that are based on internationally recognized scientific standards," it said.

The OIE continues to advise that chilled or frozen food products are not a risk source for COVID infection.

CHINA

Importaciones chinas de carne crecieron en setiembre y acumulan suba de 72% en el año

por Cecilia Ferreira octubre 14, 2020

Las importaciones chinas de carne registraron una nueva suba en setiembre con un total de 834.000 toneladas, levemente por encima del volumen de agosto, de acuerdo a datos de Aduanas de ese país consignados por la agencia Reuters.



Las importaciones de carne de cerdo sumaron 380.000 toneladas el mes pasado, frente a 350.000 toneladas en agosto, y en el acumulado del año alcanzaron las 3,29 millones de toneladas, un incremento de 132% respecto al mismo periodo de 2019.

Las importaciones de carne vacuna alcanzaron 180.000 toneladas en setiembre y 1,57 millones de toneladas en los primeros nueve meses de 2020. El volumen acumulado creció 39%.

En el acumulado enero-setiembre las compras externas de carne del país asiático aumentaron 72% comparado con el mismo período de 2019, a 7,41 millones de toneladas.

13 October 2020

China imported 834,000 tonnes of meat in September 2020, slightly higher than last month.

According to Reuters, Chinese customs data suggests that the world's biggest meat consumer is continuing to stockpile protein after its pork output fell precipitously.

The large volume compares to August's imports of 832,000 tonnes and suggests there has been little impact from the suspension of exports by some overseas plants facing coronavirus outbreaks among workers.

Imports for the first nine months of the year are up 72 percent at 7.41 million tonnes, the General Administration of Customs said.

Customs only began releasing monthly data for all meats combined this year.

China's pork output fell 19 percent in the first half of the year after the fatal hog disease African swine fever ravaged its huge hog herd over the last two years.

In a separate statement, customs said that pork imports for the first nine months reached 3.29 million tonnes, up 132.2 percent year on year.

That means September pork imports came to 380,000 tonnes, Reuters calculations show, up from the prior month's 350,000 tonnes.

Beef imports for the first nine months rose 38.8 percent year on year to 1.57 million tonnes, added the statement, with Reuters' calculations giving a September number of 180,000 tonnes.

Crecientes dificultades para comerciar con CHINA

Por: Portal DBO 13/10/2020 Nos últimos três meses, 53 frigoríficos de todo o mundo tiveram as suas vendas suspensas para o país asiático, incluindo australianos, canadenses, dinamarqueses e um brasileiro

1:27 pm

Os testes cada vez mais onerosos da China de produtos alimentícios refrigerados e congelados, importados nestes tempos de Covid-19, estão proporcionando um grande desincentivo aos exportadores de carne vermelha da Austrália e de outros lugares do mundo, disse o analista independente Simon Quilty, em conversa virtual (webinar) com um grupo de pecuaristas, segundo reportagem do portal australiano Beef Central.

"Está se tornando difícil embarcar carne para a China", disse Quilty. "Exportadores da Austrália e de todo o mundo estão agora começando a procurar outro lugar para enviar sua carne", acrescentou.

Nesta semana, a Organização Mundial da Saúde (OIE) afirmou que as chances do coronavírus se espalhar por meio de carne resfriada ou congelada – seja na embalagem ou na própria carne – é "incrivelmente baixa."

Quilty disse que não há outro país no mundo fazendo esse tipo de teste em carnes importadas. "É apenas a China. Basicamente, está se tornando desagradável fazer negócios de carne bovina com a China no momento", ressaltou.

Os volumes de exportação de carne bovina da Austrália para a China no mês passado caíram 64% com relação resultado obtido no ano anterior e 55% frente agosto.

Na semana passada, duas fábricas de suínos canadenses, uma de suínos dinamarquesa e uma de carne bovina brasileira tiveram suas exportações suspensas pela China por um período de uma semana.

"Efetivamente, temos uma situação em que 53 fábricas em todo o mundo foram suspensas do fornecimento à China nos últimos três meses (26 suínos, 12 bovinos, 13 aves e um cordeiro), das quais 23 foram reclassificadas", contabilizou o analista. Destaque para o Brasil, que teve nove unidades frigoríficas retiradas da lista chinesa de importação, seguido pela Austrália, com um total de sete (incluindo cinco por questões de rotulagem /resíduos), pela Argentina, com dez suspensões, o Canadá, com quatro, e os EUA, com duas interrupções.

"O efeito líquido, depois que as novas listagens são adicionadas, é que existem 30 fábricas de carne em todo o mundo que não podem enviar para a China, e o período médio que as fábricas estão sendo retiradas da lista é de 45 dias", afirmou Quilty.

Segundo ele, "os procedimentos de teste na China estão piorando e esta é uma preocupação real para os processadores de carne, não apenas na Austrália, mas no exterior".



A China adicionou novos procedimentos de teste de produtos Covid-19 nos últimos dois meses. Havia agora três camadas de teste na China: A primeira é a verificação aleatória no porto de descarga (menos de 10% de todo o produto que entra no país). Normalmente, este é um teste por contêiner, realizado pela alfândega chinesa, com menos de 10% dos contêineres testados. O segundo é o processamento adicional (100% do produto testado) e o teste aleatório no atacado ou mercados úmidos. E terceiro envolvem áreas comerciais, como câmaras frigoríficas.

“Cidades chinesas como Guangzhou e Shenzhen estão adotando uma abordagem preventiva em relação ao Covid-19. Existem agora 738 laboratórios em toda a China, indicados pelo governo, para realizar esses testes em carnes importadas. Se for encontrado um resultado positivo, ele precisa ser reexportado de volta ao país de origem”, disse Quilty.

Na última quinzena, Pequim introduziu um sistema de rastreabilidade e gerenciamento de circuito fechado de alimentos frios importados. Isso requer que a embalagem externa dos produtos tenha etiquetas afixadas para que as autoridades possam rastrear onde o produto esteve. A Comissão Nacional de Saúde da China acaba de lançar sua versão mais recente das diretrizes de prevenção e controle Covid-19, que destaca o papel da cadeia de frio no gerenciamento de risco da doença. “A questão é que podemos esperar ver muito mais testes COVID em toda a China, tanto por cidades quanto por várias agências governamentais”, relatou Quilty. Fonte: Beef Central

BRASIL

Mercado en alza y premio para los Novillos China

15/10/2020

Embora o mercado registre enorme escassez de oferta de boiadas, frigoríficos não entram de cabeça nas compras, estudando o melhor momento para fechar negócios e, assim, evitar estoques altos nas câmaras frias

Nesta quinta-feira (15/10), os preços da boiada gorda subiram novamente nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Pará, conforme dados apurados pela IHS Markit. Na praça paulista, o valor máximo do animal terminado avançou para R\$ 263/@, a prazo.

“A oferta escassa de gado pronto para abater segue como direcionador do mercado, dificultando o preenchimento das escalas, que só conseguem ser alongadas mediante elevação dos preços oferecidos ao pecuarista”, informa a consultoria.

Nas principais praças pecuárias, as exportações continuam a ditar o ritmo das compras de gado pelos frigoríficos, que se posicionam de forma mais ativa, sobretudo em lotes de animais que atendem aos requisitos básicos do mercado internacional. O chamado “boi-China” chega a receber prêmios de até R\$ 5/@ acima da referência do mercado, relata a IHS.

Em relação às escalas de abate, poucas plantas frigoríficas dispõem da formação que supera mais de uma semana de preenchimento, observa a consultoria. No entanto, embora haja enorme escassez de animais terminados, as indústrias preferem atuar com certa cautela nos negócios, buscando trabalhar com estoque regulado e alinhado com a demanda vigente, para evitar a formação de excedentes nas câmaras frias justamente no período mais complicado de consumo (a partir da segunda quinzena do mês, quando, teoricamente, sobra menos dinheiro no bolso da população assalariada).

No atacado, os preços dos principais cortes bovinos continuaram estáveis. “Sem grandes excedentes nos estoques, mesmo diante do menor ritmo das vendas com a chegada da segunda semana, os preços se sustentaram”, informa a IHS Markit.

Menos oferta y exportaciones presionan sobre los valores

Fonte: Estadão. This post was published on 16 de outubro de 2020

O preço da carne bovina negociada no mercado atacadista em São Paulo continua subindo, apontou estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Os principais motivos são as seguidas altas da arroba do boi gordo – por causa da oferta restrita de animais para abate – e o crescimento das exportações.

No dia 9 de outubro, a carne bovina atingiu o maior patamar nominal da série histórica medida pelo centro de estudos, negociada a R\$ 17,16 o quilo. O Cepea observa que nem mesmo a atual recessão econômica, a queda do emprego e a redução do auxílio governamental têm limitado o movimento de alta nos valores da carne.

“É preciso ressaltar que, em outubro, parte do varejo nacional também começo a formar estoques para a demanda de fim de ano, contexto que reforça a tendência de alta nos valores da carne”, observa o Cepea. Outros fatores que influenciam a valorização da carne bovina são os preços altos das principais carnes substitutas, a suína e a de frango. Segundo a equipe de suínos do Cepea, a oferta ainda restrita de



animais em peso ideal para abate e o incremento na demanda por parte de frigoríficos seguem valorizando a carne suína e a de frango nas primeiras semanas de outubro.

“Diante disso, este mês já vem sendo marcado pelo quinto período a registrar movimento consecutivo de alta nos valores do suíno vivo e da carne, que renovam os recordes reais em muitas praças e os nominais em outras”, destaca o centro de estudos.

Quanto ao frango, a equipe de aves indica que as vendas internas e externas da carne estão aquecidas, o que impulsiona as cotações – o movimento de alta vem desde junho. Para alguns produtos e regiões, os preços já operam nos recordes nominais da série histórica, iniciada em 2004, mas ainda se mantêm abaixo das máximas reais, considerando-se a inflação do período.

Precio de la vaca se acerca al del novillo

A procura por boiada pronta no mercado brasileiro é tanta que, em algumas praças pecuárias, o preço da vaca gorda está bem próximo do valor do macho terminado. É o caso da região de Paragominas, no Pará, onde a diferença entre as duas categorias é de apenas R\$ 4/@ – nessa região, o boi gordo a prazo vale R\$ 256/@, enquanto a vaca gorda é negociada por R\$ 252/@, segundo dados apurados pela IHS Markit.

“O aumento do preço de fêmeas reflete o contexto firme das vendas nacionais de carne, já que, tradicionalmente, a carne de vacas é direcionada ao mercado interno”, justifica a consultoria.

De fato, a demanda doméstica pela proteína vermelha tem se mostrado um pouco mais aquecida nesta primeira quinzena de outubro. Parte da maior procura é motivada pela entrada de salário no início do mês, o que motiva a compra de produtos de maior valor agregado, como a carne bovina.

Segundo a IHS Markit, os preços da carne bovina seguem em patamares recordes, reflexo da menor oferta dos cortes nos atacados e da maior demanda nesta primeira metade de outubro. Neste contexto, os frigoríficos brasileiros observaram uma melhora no equivalente de carcaça e continuam firmes nas aquisições de gado gordo para abater, sustentando novos ajustes positivos na arroba.

Portanto, nesta quarta-feira, o mercado do boi gordo registrou preços firmes entre as principais praças pecuárias do País, com relatos de novas valorizações em algumas regiões.

O cenário de escassez de oferta ainda é predominante no setor, o que ajuda a sustentar as cotações do boi gordo e da vaca gorda em níveis elevados.

Diante da baixa disponibilidade de boiada pronta, as escalas das indústrias de carne bovina seguem apertadas, atendendo, em média, cinco dias, de acordo com levantamento da IHS Markit.

Exportações em alta

Em todo o País, a demanda por animais segue aquecida, principalmente os bovinos que cumprem requisitos internacionais. Durante os primeiros sete dias úteis de outubro, as vendas externas de carne bovina in natura voltaram a registrar bom resultado, apresentando um volume total de 60,1 mil toneladas. Na comparação entre receita e volume médios embarcados, houve aumento de 4,22% e 10,75%, respectivamente, frente ao mesmo período no ano passado.

Em termos de preço, os valores médios recebidos pela carne ainda estão menores que resultados anteriores. Na comparação com outubro de 2019, por exemplo, houve recuo de 5,9%, informa a IHS Markit, com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). “Essa retração é, de certo modo, compensada pela desvalorização do real frente ao dólar”, destaca a consultoria.

No atacado, o preço do dianteiro de boi subiu para R\$ 14,20/kg. “A movimentação nos atacados nacionais registrou maior atuação de consumidores em meio a oferta limitada de carne, o que abriu margem para novos ajustes nos preços”, reforça a IHS Markit.

Menor faena en el primer semestre de 2020

Fonte: Sistema FAEP/SENAF-PR. This post was published on 16 de outubro de 2020

O volume de abates de bovinos diminuiu no primeiro semestre de 2020 em relação aos seis primeiros meses do ano passado. Segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a redução foi de oito mil animais, queda de 1,19%. Em dados absolutos, o Paraná teve 695 mil cabeças abatidas no primeiro semestre de 2019, passando para 686 mil neste ano.

Enquanto a quantidade de machos acima de 24 meses se manteve estável em termos percentuais (abaixo de 1%), os machos jovens (novilhos) tiveram acréscimos de cerca de 7,5%, apesar da pequena participação no abate total. Somando as duas categorias, a quantidade de machos abatidos se manteve praticamente estável.

Entretanto, enquanto os abates de novilhas aumentaram 4,5%, entre vacas mais eradas (acima de 24 meses) houve redução de quase 5%. Foram 11,7 mil matrizes a menos indo para o gancho em 2020, o que confirma a previsão de que será um ano de retenção de matrizes, mesmo com o acréscimo de 3,5 mil novilhas abatidas. No balanço geral, os abates totais do Estado foram reduzidos em 1,2%, o equivalente à 8,3 mil cabeças.

Mercado



O giro rápido proporcionado pelo abate de categorias mais jovens tem sido aproveitado pelos pecuaristas para otimizar o capital investido. O aquecimento do mercado nacional, calcado no bom desempenho das exportações, tem contribuído para o cenário de altas na arroba paranaense.

Apesar da baixa participação do Paraná nas exportações brasileiras, a tendência de maior escoamento nacional contribui para a solidez nos preços internos. O dólar valorizado tem tornado o escoamento externo interessante de maneira geral, equilibrando a demanda interna, fragilizada pela situação econômica da população nacional.

Ao contrário do que ocorreu com o mercado de leite, o pagamento do auxílio emergencial não trouxe grandes oscilações para o mercado da arroba. Contudo, houve ligeira valorização nas cotações após o pagamento da primeira parcela do auxílio, o que beneficiou um terço da população brasileira.

Exportações

Em se tratando das exportações, no acumulado do ano, o Brasil exportou 1,2 milhão de toneladas de janeiro a agosto, alta de 14,1% em relação igual período do ano anterior. Em termos de faturamento, o desempenho nacional superou US\$ 5,4 bilhões, alta de 25,5% ante 2019. O apetite mundial por proteínas animais está aquecido e o Brasil se insere em um contexto de plenas condições de atendimento a esse mercado.

Nesse contexto, ao correlacionar o volume exportado com a produção brasileira, o país exportou 22% do total produzido, contra 18,6% em 2019. Isso denota a importância do mercado externo na ponta da demanda, trazendo sustentação às cotações domésticas.

Há um salto no volume embarcado a partir de maio, notadamente período de retomada das atividades “pós-pandemia”, especialmente na Europa e Ásia. Entretanto, apesar desse aquecimento, é importante lembrar que o dólar valorizado figura como uma via de duas mãos. Se por um lado o escoamento dolarizado fica atrativo, o mesmo não ocorre para os fertilizantes, em sua maioria importados. Nesse contexto, chama a atenção os aumentos previstos para os custos de produção em 2020, especialmente oriundos dos componentes da ração, medicamentos, entre outros.

Paraná

O desempenho da carne bovina paranaense apresentou recuo no acumulado de 2020, ao contrário do Brasil, totalizando 18,3 mil toneladas embarcadas, queda de 20,6% frente ao ano anterior. Em se tratando do faturamento, a redução foi menos expressiva, de 15,8%, em função de melhores cotações. Em números absolutos, a queda foi de 4,7 mil toneladas, representando recuo de US\$ 13,8 milhões no faturamento.

A pauta de exportação se manteve inalterada frente ao ano anterior, com a maior parte dos embarques sendo compostos por carnes bovinas desossadas congeladas e/ou refrigeradas. Esses produtos responderam por 81% do faturamento paranaense em 2020, totalizando US\$ 59,7 de milhões. Entre os 40 mercados que adquiriram os produtos do Paraná, Hong Kong e Israel absorveram mais da metade do volume, 6,1 mil e 4,6 mil toneladas, respectivamente. A queda nos volumes totais foi motivada por reduções expressivas justamente nos principais mercados. Hong Kong e Israel reduziram suas compras em 19% e 17%, respectivamente.

Vale lembrar que as exportações são mais expressivas no segundo semestre. A retomada das atividades após a pandemia deve aquecer o desempenho no mercado externo, que tem mantido firme a demanda por carne bovina. O Brasil deve bater recorde de exportações no ano, assim como em 2019, mas o desempenho paranaense ainda segue aquém do potencial.

Com o tradicional maior abate de boiadas no segundo semestre, as cotações para a arroba devem seguir a tendência de valorização até o final do ano. Contudo, a demanda doméstica deve sofrer os impactos da queda de 50% no auxílio emergencial, portanto, as valorizações não devem ser tão expressivas quanto no final de 2019.

Valor de exportaciones de carnes a septiembre de 2020

Dados da SECEX/ME corrigidos pelo MAPA apontam que nos 9 primeiros meses de 2020 a receita cambial da carne bovina aumentou praticamente 20%, chegando aos US\$6,1 bilhões, resultado que significa aumento de pouco mais de US\$1 bilhão em relação à receita do mesmo período de 2019.

Já a carne de frango obteve, nesses 9 meses, receita de US\$4,5 bilhões, 13,5% menos que em idêntico período anterior – uma redução que corresponde à perda de US\$712 milhões.

Mas proporcionalmente ao total normalmente faturado, quem continua apresentando o melhor desempenho é a carne suína. Sua receita cambial, entre janeiro e setembro, aumentou 50% e somou US\$1,666 bilhão, valor que correspondeu a um adicional de US\$555 milhões sobre idêntico período anterior.



CARNE									
Volume exportado, preço médio e receita cambial									
JANEIRO-SETEMBRO DE 2020									
TIPO DE CARNE	VOLUME			PREÇO MÉDIO		RECEITA CAMBIAL			
	MIL/T	VAR.	% DO TOTAL	US\$/T	VAR	US\$ MI	VAR.	% DO TOTAL	
BOVINA	INN	1.251,5	14,31%	22,69%	4.295,75	9,69%	5.376,1	25,39%	42,53%
	TOT	1.457,8	10,96%	26,43%	4.187,69	8,01%	6.104,7	19,85%	48,29%
DEFRANGOGO	INN	3.039,0	-0,28%	55,10%	1.436,20	-13,13%	4.364,7	-13,37%	34,53%
	TOT	3.104,6	-0,54%	56,29%	1.464,00	-13,08%	4.545,2	-13,54%	35,95%
SUÍNA	INN	675,3	43,39%	12,24%	2.328,05	6,43%	1.572,1	52,61%	12,44%
	TOT	754,4	41,35%	13,68%	2.208,73	6,17%	1.666,3	50,07%	13,18%
TOTAL CARNES		5.515,1	6,82%	100,00%	2.292,23	0,11%	12.641,9	6,95%	100,00%

Fonte dos dados básicos: MAPA – Elaboração e análises: AVISITE
INN = In Natura – OBS.: os totais não correspondem, necessariamente, à soma das parcelas.

Exportaciones confirman incremento datos parciales del mes de octubre

Fonte: Agência Safras. This post was published on 14 de outubro de 2020

As exportações de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada do Brasil renderam US\$ 252,644 milhões em outubro (7 dias úteis), com média diária de US\$ 36,092 milhões. A quantidade total exportada pelo país chegou a 60,102 mil toneladas, com média diária de 8,586 mil toneladas. O preço médio da tonelada ficou em US\$ 4.203,50.

Na comparação com outubro de 2019, houve alta de 4,22% no valor médio diário, ganho de 10,75% na quantidade média diária e queda de 5,9% no preço médio. Os dados são do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços e foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior.

Proyectan que las exportaciones reportarán 8 mil millones de dólares

Fonte: Valor Econômico. This post was published on 15 de outubro de 2020

Os abalos provocados pela pandemia nos mercados mundiais não atingiram as exportações da carne bovina brasileira. Pelo contrário, a crise atuou como alavanca para os negócios e abriu caminho para novos e futuros compradores. A expectativa é que os desembarques da carne bovina lá fora ultrapassem neste ano o recorde de US\$ 8 bilhões.

“Há tratativas por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com países que representam grande volume de compras e que estão ansiosos pela carne bovina brasileira, como o Japão, Canadá e Taiwan”, afirma Antônio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas (Abiec).

O desempenho previsto para o ano é animador, e deverá bater recorde nos embarques, prevê o executivo. “A expectativa é que o volume atinja 2 milhões de toneladas”, afirma. No ano passado já houve um salto de 15,5% no faturamento ao bater em U\$ 7,59 bilhões, com um total exportado de 1,84 milhão de toneladas, aumento de 12,4%.

Nos primeiros nove meses as vendas de carne in natura e processada cresceram 19,7% na receita e 11% no volume frente ao mesmo intervalo do ano passado, ou seja, US\$ 6,1 bilhões e 1,460 milhão de toneladas, respectivamente. Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pela Abiec. “A China segue puxando as compras, com 57,4% do total exportado, mas outros mercados também registram aumento na demanda, como Egito, Chile, Rússia, Estados Unidos e Filipinas.”

O Brasil está preparado para atender demandas futuras, que virão no pós – pandemia. “Países que tiverem as cadeias mais organizadas, como o Brasil, terão a chance de aumentar sua participação em mercados globais.”

A Marfrig acredita que o mercado estará cada vez mais ávido pelo produto brasileiro e que os impactos da pandemia foram “positivos para a companhia”. No primeiro semestre a empresa registrou um desempenho histórico, com receita líquida de R\$ 32,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 2,16 bilhões. “Isso representa um aumento de 48% nas vendas e 400% no resultado em relação ao mesmo período de 2019”, explica Alisson Navarro, diretor de exportações da Marfrig para a América Latina.

A explicação para esse salto é compreensível, diz o executivo: quando o covid 19 chegou ao Brasil, o mercado asiático já estava, praticamente, retomando sua normalidade, enquanto o mercado interno brasileiro apresentava crescimento expressivo da doença, com a migração do food service para o varejo. A isso tudo junta-se a precificação do dólar a partir do segundo trimestre.



“Os impactos da pandemia no setor de produção e exportação de carnes da Marfrig foram positivos, e o terceiro trimestre também teve um desempenho excelente, com demanda ainda maior do mercado internacional, superando a oferta brasileira”, afirma. Segundo o executivo, a partir das próximas semanas, a disponibilidade de gado pronto para o abate deve melhorar com a chegada dos animais engordados no sistema intensivo de confinamento.

Os abates, de fato, apresentaram recuo de 8% no segundo trimestre comparado ao mesmo intervalo de 2019, contabilizando 7,301 milhões de cabeças, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De janeiro a março houve ligeiro crescimento, de 0,3%. Foi o pior resultado para um segundo trimestre desde 2011 provocado, em boa parte, pelos efeitos negativos da pandemia sobre o consumo de cortes de maior valor.

Para Navarro, as oportunidades no mercado internacional cresceram rapidamente nos últimos dois anos e já mostram uma participação relevante dos EUA. “É um mercado no qual nós temos uma margem melhor que em outros”, afirma. A exportação, diz, gira em torno de 70% da receita e a demanda por alimentos segue com forte tendência a aumentar nesse último trimestre, lembrando a conquista dos mercados europeu e tailandês, entre outros.

No primeiro semestre, o Brasil recebeu aprovação da Tailândia para exportar carne bovina com osso, dessossada e miúdos. Inicialmente, cinco frigoríficos foram habilitados para os embarques.

O momento também é favorável para a exportação de carne bovina da Minerva Foods. Entre abril e junho, a receita bruta nas exportações atingiu R\$ 3,3 bilhões, avanço de 16,1% na comparação anual. Para o presidente da companhia, Fernando Galletti, o bom desempenho foi obtido mesmo diante dos impactos da covid-19. O comportamento do mercado, explica, foi muito mais “volátil” nesse período, exigindo agilidade dos executivos. Foi o melhor segundo trimestre da história da empresa.

IBGE: ligero incremento en las existencias de bovinos

Fonte: IBGE. This post was published on 15 de outubro de 2020

O rebanho bovino nacional voltou a se recuperar após dois anos consecutivos de queda. Com leve alta (0,4%) em 2019, o número de reses no país chegou a 214,7 milhões. Mato Grosso segue na liderança, com 31,7 milhões de cabeças de gado, respondendo por 14,8% do rebanho nacional, mas o município com a maior quantidade de bovinos foi São Félix do Xingu (2,2 milhões), no Pará.

O valor de produção dos principais produtos pecuários cresceu 9,0% em 2019, chegando a R\$ 59,3 bilhões. A produção de leite concentrou 72,8% deste valor, seguida pela produção de ovos de galinha (25,6%), mel (0,8%), ovos de codorna (0,6%), lâ (0,1%) e casulos de bicho da seda (0,1%). Considerando esses produtos, o maior valor de produção foi observado na região Sudeste, que concentrou 35,8% do total nacional, seguida pela região Sul, com 30,9% (R\$ 18,3 bilhões). Em todas as grandes regiões, houve aumento em relação a 2018. Minas Gerais foi o estado com maior valor de produção: R\$ 13,0 bilhões.

Mato Grosso e Nordeste puxam crescimento do rebanho bovino

Com uma leve alta de 0,4% em 2019, o rebanho bovino nacional voltou a se recuperar após dois anos consecutivos de queda, chegando a 214,7 milhões de cabeças de gado. Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais mantiveram os postos de maiores rebanhos brasileiros e juntos foram responsáveis por 35,7% do total.

Mato Grosso teve um aumento de 5,1% em relação a 2018, totalizando 31,7 milhões de animais, sendo responsável por 14,8% do total do efetivo nacional. Já Goiás manteve o efetivo estável e fechou o ano com 22,8 milhões de cabeça de gado. Minas Gerais teve alta de 1,0% e atingiu a marca de 22,0 milhões de bovinos.

Com 74,0 milhões de cabeças de gado, o Centro-Oeste continuou na liderança, participando com 34,5% de todo o rebanho bovino nacional. O Nordeste, com 28,6 milhões de bovinos, apresentou o maior crescimento em números absolutos: 756,3 mil cabeças de gado, ou mais 2,7%. Já as regiões Sul e Sudeste tiveram decréscimos de 2,8% e 0,2%, respectivamente.

Paraná e Rio Grande do Sul foram os responsáveis pela queda do rebanho sulista. Com 12,0 milhões de animais, o Rio Grande do Sul teve queda de 4,6% no rebanho. No Paraná, a queda foi de 3,3%, totalizando 9,0 milhões de cabeças de gado. Já na região Sudeste, as quedas vieram dos estados de São Paulo (-2,6%) e Rio de Janeiro (-0,8%).

Entre os municípios, São Félix do Xingu (PA) continuou líder em efetivo de bovinos, com 2,2 milhões de cabeças de gado. Corumbá (MS) seguiu em segundo lugar, com 1,8 milhão de animais. Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) se deslocou da sétima para terceira posição, após alta de 14,0% do seu rebanho, chegando a 1,2 milhão de animais.

Portugal apoya la firma del acuerdo UE- Mercosur

Fonte: Mapa. This post was published on 13 de outubro de 2020

A ministra da Agricultura de Portugal, Maria do Céu Antunes, disse nesta segunda-feira (12) que o país apoia o Acordo Mercosul-União Europeia desde o primeiro momento, ao participar do Seminário Portugal-



Brasil: Oportunidades de Negócio no Setor Agroalimentar, em Lisboa, ao lado da ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). “Continuamos empenhados para que rapidamente este acordo possa ser posto em prática”, afirmou.

Segundo Maria do Céu Antunes, além de melhorar os negócios entre os países do bloco, com maior previsibilidade e transparência de regras, o acordo vai permitir o desenvolvimento sustentável. “Permitirá ainda, e para nós isso é muito importante, um compromisso de todas as partes com os objetivos de desenvolvimento sustentável a proteção do meio ambiente e da biodiversidade e no respeito pelos direitos laborais e sociais”, disse a ministra portuguesa.

A ministra Tereza Cristina também defendeu a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia. Ela citou os ganhos para os dois blocos, como melhores condições econômicas, qualidade de vida para os cidadãos, geração de emprego e renda, fortalecimento da preservação ambiental e redução das emissões de gases de efeito estufa. “É preciso dizer que o acordo não representa qualquer ameaça ao meio ambiente, à saúde humana e aos direitos sociais. Ao contrário, reforça compromissos multilaterais e agrega as melhores práticas na matéria”, disse.

Tereza Cristina disse contar com apoio de Portugal para o acordo avançar. “Esperamos, portanto, que as vozes mal-intencionadas que atacam o acordo não prevaleçam sobre nosso interesse mútuo de promoção do desenvolvimento sustentável. Contamos com o apoio do povo português para que nosso acordo entre em vigor no menor prazo possível”.

O apoio de Portugal à rápida aprovação do acordo entre os dois blocos também foi ressaltado pelo secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Eurico Brilhante Dias. “Portugal sempre se destacou na defesa deste acordo, porque acreditamos na ideia de que o comércio internacional é positivo, é bom, constrói pontes, é um indutor de criação de riqueza e que, como diria o nosso poeta Fernando Pessoa, quem quer a paz, faz o comércio”, disse Dias.

O secretário português disse que o Acordo Mercosul União Europeia é um dos mais desenvolvidos e com um capítulo mais robusto no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. “Por isso, não é apenas um acordo de interesse entre as duas partes. Os avanços conseguidos neste capítulo são importantes e devem ser valorizados muito positivamente no quadro do acordo que foi possível”.

Agropecuária brasileira

A ministra Tereza Cristina destacou dados da evolução da produtividade e sustentabilidade da agropecuária brasileira nos últimos anos, entre eles que a produção de grãos cresceu 425% desde a década de 70, enquanto que a área plantada aumentou somente 43%. Com isso, cerca de 123,7 milhões de hectares de território brasileiro deixaram de ser usados pela atividade agrícola (efeito poupa-terra).

Além disso, o Brasil utiliza apenas 30% de seu território para a agropecuária, mantendo mais de 60% com vegetação nativa. “Estima-se que cerca de 25% da área preservada se encontre em propriedades privadas, algo sem paralelo em outros países do mundo, pois se trata de terreno que o proprietário não recebe para preservar. É apenas uma obrigação legal”, afirmou, acrescentando que o Código Florestal prevê que 20% a 80% da vegetação nativa das propriedades rurais devem ser preservadas, dependendo do bioma.

Pandemia e desafio mundial

Tereza Cristina ressaltou ainda que a agropecuária brasileira não parou durante a pandemia, garantindo o abastecimento interno e as exportações. “Desde o início da crise econômica causada pela pandemia, nossa agricultura garantiu a continuidade do abastecimento interno e ainda quebrou recordes de produção, manteve empregos e renda e promoveu crescimento em momento de contração nos demais setores da economia. Além disso, mantivemos o abastecimento de outros países e ampliamos nossas exportações em 2020”.

Entre janeiro e setembro de 2020, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 77,89 bilhões, o que representou crescimento de 7,5% em relação ao mesmo período em 2019.

Já a ministra Maria do Céu Antunes destacou o desafio mundial de aumentar a produção de alimentos em cerca de 70% até 2050 para garantir o acesso adequado aos alimentos. “Isso é uma grande responsabilidade para todos nós. Temos necessidade de produzir mais e para isso, temos que apostar no crescimento da produtividade e garantir a sustentabilidade do nosso planeta e isso se faz essencialmente com inovação, com ciência e com e tecnologia”.

A administradora da Aicep Portugal Global, Madalena Oliveira e Silva, disse que Portugal quer aumentar as exportações para o Brasil. No primeiro semestre deste ano, as exportações de Portugal para o Brasil tiveram recuo de 1,2% em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações aumentaram 92%.

“Queremos aumentar as nossas exportações para o Brasil, mas também não queremos deixar de importar do Brasil, pelo contrário. Consideramos que através do reforço, da reciprocidade e do bilateralismo nas trocas comerciais é que se constrói. Não é através de imposição de barreiras”, disse. A Aicep é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.



Os produtos agrícolas e alimentares representaram, em 2019, 60% do peso das exportações portuguesas, equivalente a 453 milhões de Euros e no primeiro semestre de 2020, o peso foi de 55% correspondendo a 190 milhões. Em relação às importações, o crescimento foi de 17,5% no primeiro semestre.

O embaixador do Brasil em Portugal, Carlos Alberto Simas Magalhães, ressaltou a importância da relação comercial entre os dois países e disse que os negócios no setor agrícola entre os dois países merecem uma renovação.

Aumentan el número de agregados agrícolas brasileños

Fonte: Mapa. This post was published on 16 de outubro de 2020

O governo federal ampliou de 25 para 28 o número de adidos agrícolas brasileiros junto às representações diplomáticas no exterior. O Decreto Nº 10.519, com as mudanças, foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (15).

Atualmente, o Brasil conta com 24 adidos agrícolas ativos lotados em 22 países (Pequim e Bruxelas contam com dois adidos). Uma vaga em Genebra (Suíça) encontra-se em aberto e deverá ser preenchida ainda este ano.

Os novos adidos agrícolas irão desempenhar suas funções em novos postos estratégicos, que serão definidos por Portaria Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Espera-se que as novas adidâncias iniciem seus trabalhos já no início do próximo ano.

O decreto traz outras mudanças, como a exigência de que o adido seja há no mínimo dez anos servidor público federal ocupante de cargo efetivo ou empregado do quadro permanente de empresa pública federal ou de sociedade de economia mista federal. Anteriormente, esse prazo era de quatro anos. A mudança busca adequar os candidatos à senioridade e experiência esperadas do cargo, que teria equivalência ao posto de Conselheiro da carreira diplomática.

Outra nova exigência é que o servidor esteja em exercício no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ou em uma de suas entidades vinculadas.

A duração da missão de assessoramento em assuntos agrícolas será a princípio de quatro anos consecutivos, não prorrogáveis, contados da data de apresentação do adido agrícola à representação diplomática para a qual tiver sido designado. Anteriormente, o prazo era de dois anos, prorrogáveis uma vez por igual período.

Os adidos desempenham missões permanentes de assessoramento junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Têm o papel de identificar oportunidades, desafios e possibilidades de comércio, investimentos e cooperação para o agronegócio brasileiro. Para isso, têm interlocução com representantes dos setores público e privado, assim como interagem com relevantes formadores de opinião, na sociedade civil, imprensa e academia.

Os adidos agrícolas têm sido amplamente reconhecidos como agentes para maior inserção da agropecuária brasileira nos mercados locais. No último encontro de adidos, atividade realizada em setembro em plataforma virtual, ocorreram mais de 500 reuniões entre esses profissionais e diversos representantes do setor privado brasileiro.

URUGUAY

Con un mercado internacional aplanado, se prevé que el precio de la hacienda en la región continúe en baja

16/10/2020 - 3:42 PM

La situación de los principales destinos para la carne uruguaya es la siguiente: China sin mejora en los precios, Europa inerte y sin cupo para Estados Unidos

De la mano de una composición del mercado internacional de la carne “bastante plana”, con China que se mantiene activa, pero no recupera valor; Europa muy inerte y recesiva para formar precios; y una cuota de Estados Unidos que se agotó (y es muy difícil entrar a ese mercado sin ella), es de esperarse que el precio regional del ganado continúe tendiendo a la baja.

“Eso da un ajuste no dramático, pero sí equilibrado en el precio regional de la hacienda tendiendo a la baja durante las próximas semanas”, explicó Marcelo Secco, CEO de Negocios para Marfrig Conosur.

El experto indicó, en diálogo con Rurales El País, que la industria cárnica está a la espera de que se forme la primavera y que el mundo brinde un plan de actividad medianamente normal.

“Venimos faenando menos, exportando menos. Consideramos que la oferta de haciendas, si el mercado exterior acompaña, va a estar dada para poder trabajar durante el último trimestre del año con las cinco unidades (de Marfrig)”, dijo.

A su vez, mencionó que “hay cuestiones sanitarias” que hacen que los operadores estén más recelosos sobre las ventanas de cargas y analizando cómo consolidar los compromisos asumidos.



China. China particularmente, comentó, ha estado trabajando estable en los últimos dos meses. "Hay clientes y clientes, como todo. Es bueno ver lo que pasa con la oferta regional. No hemos tenido malas noticias de China en los últimos dos meses, y eso no es poco", agregó.

En ese sentido, aseguró que todo indica que en materia de China Uruguay podrá tener un mes o mes y medio de normalidad en demanda, embarques y pagos.

Israel. En lo que refiere al mercado de Israel, Secco comentó que se encuentran a la espera de la autorización de los rabinatos para la liberación de equipos de faena Kosher, que se espera lleguen a la región durante la segunda o tercera semana de noviembre.

"La única incertidumbre en materia de Israel, no es el protocolo de llegada, sino que el protocolo de salida porque Israel. Hay que ver qué equipos tienen condición de salir", indicó.

Mercado de haciendas. Según la reunión de precios de referencia de la Asociación de Consignatarios de Ganado (ACG) hoy el novillo cotiza US\$ 3,26 por kilo, y la vaca US\$ 3,04.

El industrial hizo referencia a que "lo más importante" es ver que pasa con Europa, un mercado determinante en valor.

"Hay que mirar a Europa, a la cuota Hilton, a la cuota 481, es determinante en el precio. Hoy el foco de atención está particularmente en Europa", sostuvo.

Finalmente, expresó que "no observa" un escenario como el del año pasado de incremento de precios.

"La variable del precio de la hacienda no es una variable que la vea en aumento (...) es lo lógico desde el punto de vista del mercado que estamos viendo", concluyó.

Empieza la segunda zafra

por Eduardo Blasina octubre 14, 2020

Está finalizando el tiempo de la gran escasez para la industria frigorífica. La faena de octubre superará a la de octubre del año pasado y posiblemente la trimestral superará a igual trimestre de 2019, empezando una etapa de expansión que será de largo plazo.

Cuesta ver una reactivación de la exportación de ganado en pie. Salvo que la Niña sea catastrófico, la provisión de terneros se mantendrá en una base de 2,8 millones de terneros y un techo que debe superar los tres millones.

Empieza un camino ascendente de la oferta con una demanda que será oscilante. Europa está cada vez peor. EEUU tendrá una elección reñida, disputada y alterada que nadie sabe en qué puede derivar. Lo mejor dentro de ese panorama es la firmeza de los precios del ganado en Brasil como para pensar en un piso de cotizaciones aceptables en Uruguay.

INAC destaca que hay señales de reactivación en el sector cárnico

09/10/2020 - 3:47 PM

El reporte al cierre de setiembre analiza las principales cifras de los nueve meses, en los principales indicadores

Cayó la faena, pero desde el Instituto Nacional de Carnes (INAC), se ven señales de reactivación en el sector cárnico. El organismo emitió un reporte al cierre del pasado mes de septiembre, donde analiza las principales cifras de los 9 meses del año, tomando en cuenta los principales indicadores.

El total de la faena de bovinos disminuyó un 17,6% respecto al mismo período del 2019, con unas 299 mil cabezas menos, aunque si miramos solamente el tercer trimestre, se observa una caída más leve respecto a los anteriores.

En exportaciones, hubo un crecimiento del mercado del NAFTA y menos ventas a China.

El trabajo técnico del INAC destaca que se registró una disminución del 16.7% en el ingreso por concepto de exportación de todas las carnes. Esta contracción se da en todos los rubros, con resultados por debajo en todos los meses, pero siendo abril y setiembre los de mayor diferencia. China, pese a una disminución del 36% en su importación, continúa siendo el principal mercado para Uruguay con el 44%, seguido de NAFTA con 24% y la Unión Europea con 17%.

En materia de consumo de carnes en el mercado interno, se registró una disminución con un aumento de la importación. En los 9 meses del año el consumo de carnes mostró una caída de 4,8% respecto al mismo período del año anterior. Se observa una disminución en todas, con excepción de la aviar que generó un incremento del 12.6%. En tanto, la importación, en el mismo período, ha aumentado un 8,8%, siendo la carne aviar la de mayor variación con un 262%.

Uruguay pierde acceso a la Cuota 481 y EEUU no completa su cupo

por Cecilia Pattarino octubre 14, 2020

En el primer trimestre del 2020, el cupo disponible para terceros países para la cuota 481 de animales terminados en feedlot -donde Uruguay es el principal abastecedor- bajó sensiblemente pasando de 11.250 a 6.625 toneladas peso de embarque por trimestre.



Las 11.250 toneladas trimestrales del contingente le quedaron de forma exclusiva a EEUU 4.625 toneladas y a los demás proveedores (Uruguay, Australia, Argentina y Nueva Zelanda) 6.625 toneladas que son otorgadas por orden de llegada.

Alvaro Pereira Ramela, jefe de Inteligencia y Acceso a Mercados de INAC, publicó en su cuenta de Twitter que como consecuencia de este cambio cae el uso de Uruguay y “aprovechamos menos renuncia fiscal: US\$ 4 millones por trimestre. EEUU, sin embargo, no completa su cupo y deja en la mesa US\$ 20 millones”.

Según el último reporte publicado por la Unión Europea en su sitio web, del 1 de julio al 10 de setiembre – a 20 días de finalizado el tercer trimestre, se completaron 9.313 toneladas peso embarque (83% del total), de las cuales 2.825 toneladas fueron enviadas por Uruguay, 2.737 toneladas por EEUU, 1.908 por Australia, 1.837 por Argentina y 6 toneladas por Nueva Zelanda.

Carne: un paso atrás para el salto

11/10/2020 - 4:00 AM

La producción y exportación de la carne bovina uruguaya está sufriendo una reducción frente al 2019, pero el gobierno y los privados diseñan estrategias para pisar el acelerador y tomar una rápida posición en los mercados.

En un año donde la producción y exportación de la carne bovina uruguaya está marcando una reducción significativa frente al 2019, las autoridades nacionales, en sinergia con el complejo cárnico, avanzan en estrategias para pisar el acelerador y salir rápido de un periodo, de pandemia e inestabilidad comercial y económica de los mercados, que ha agudizado algunas dificultades que se pretenden eliminar.

En una entrevista en Valor Agregado en Carve, el presidente del Instituto Nacional de Carnes (INAC), Fernando Mattos, comentó que el Plan Estratégico está transitando la fase final de confección y ya se presentó a la Junta del Instituto, integrada por los productores, la industria exportadora y del mercado interno.

Desde el INAC se está decidido a poner los recursos para la promoción de la carne nacional en los mercados. Mattos dijo que “hay un campo enorme para fortalecer la imagen y la marca de la carne uruguaya, fundamentalmente en Asia a partir de la instalación de la primera oficina comercial en Beijing. Si esta experiencia inicial es exitosa podemos tener representación en otros puntos del mundo”.

Entre enero y septiembre del 2020, las exportaciones uruguayas de carne vacuna sufrieron una reducción del 18,3% en volumen, con envíos que totalizaron 289.615 toneladas peso carcasa. China, que representa el 44% de todo lo colocado en el mundo, bajó 36,8% las compras desde Uruguay, pero aumentó las globales.

Las mayores reacciones positivas de demanda se observaron en el Nafta con subas en Estados Unidos y Canadá; y también en Rusia, que marcó una suba cercana al 600% pero con un volumen que no superó las 5.600 toneladas peso carcasa.

Con una relación directa, la producción experimentó una caída de la faena del 17,6%, casi 300 mil cabezas menos, versus los primeros tres trimestres del año pasado. Pese a la baja general, el proceso industrial de animales provenientes de corrales tuvo una leve suba en la participación.

Para el próximo año y de acuerdo al stock vacuno que informó Dicose, las proyecciones indican que la faena de bovinos retomaría la senda del crecimiento con un nivel cercano a los 2,3 millones de animales. Ante el retroceso de exportación, ha sido clara la reacción de las nuevas autoridades por dar un salto y sobreponer las dificultades, con algunas herramientas como Procarnes, una agenda abierta que fue anunciada pocos meses atrás y busca mejorar el acceso a los mercados cárnicos. Al mismo tiempo, un Plan Estratégico que pretende conformar un Instituto Nacional de Carnes más dinámico, liviano, moderno y generador de valor, además de que sea menos gravoso. Dentro del Plan, un punto importante es la respuesta a un pedido que en diciembre hicieron las industrias frigoríficas a quien iba a ser el nuevo Ministro de Ganadería: “Hay que actualizar los aportes del 0,6 y 0,7%”, dado que “una cosa fue cuando se hizo la Ley y el precio de la tonelada de carne exportada era de US\$ 1.000, ahora cotiza US\$ 4.000 por tonelada y ese porcentaje resulta un costo muy relevante”.

El Presidente del INAC comentó que se revisarán las alícuotas por concepto de exportaciones y ventas al mercado interno. “Es un objetivo, y está dentro del Plan Estratégico. Que sea flexible. Nuestra aspiración es que sea una especie de ley de presupuesto que se vote quinquenalmente, de acuerdo a los planes y presupuestos se definirá el presupuesto y la alícuota que regirá de acuerdo a las proyecciones de ingreso”, concluyó.

Mientras tanto, los exportadores continúan buscando certezas de mediano plazo en los mercados de destino para alcanzar un negocio con menos vaivenes y más sostenible, aunque enfrenta presiones de los países de la región con posiciones más competitivas.

En el caso de la materia prima, las cotizaciones regionales están dejando atrás grandes distancias entre la mayor y la menor, con ajustes bajistas en Uruguay y alcistas en los socios del Mercosur, aunque con



muchas volatilidades en Brasil a causa de su moneda. El novillo local se ubica en los US\$ 3,25-US\$ 3,30 por kilo carcasa, en Brasil US\$ 2,91, en Paraguay US\$ 2,80 y en Argentina US\$ 2,72 a la carne.

Por qué el negocio de corral ha perdido su atractivo

14/10/2020 - 5:21 PM

Se prevé que la ventana de faena de ganado de corral de noviembre será menor a la de agosto. El negocio de corral de engorde, tanto para cuota como para no cuota, está pasando por un momento "muy complejo" porque el precio de la comida continúa siendo elevado y hay una eventual faltante de agua. Además, si no hay un cambio radical en el precio de la reposición "el negocio de corral no va a ser atractivo, y pienso que va a ser lo que va a pasar", expresó Álvaro Ferres, presidente de la Asociación Uruguaya de Productores de Carne Intensiva Natural (Aupcin).

A propósito, Ferrés explicó que las perspectivas para adelante depende de un incremento en los niveles de faena.

De cara a esta ventana de faena de ganado de corral -que será durante los primeros 15 días de noviembre-, primero, aclaró que no se solicitó adelantar ganados y, además, sostuvo que lo que se procesará será "menor" a lo faenado en agosto.

"El precio de la reposición en aquel entonces estaba alto y los valores que pasaron fueron similares a los que faenamos en agosto. El componente del costo de la dieta se incrementó y mucha gente no encerró, dejó a nivel de campo. Por lo tanto, se va a hacer mucho menos ganado de cuota y no cuota consecuencia del precio de la reposición y del precio de los alimentos para la ventana de noviembre", expresó.

Nueva Zelanda y Uruguay trabajan para reducir emisiones de la producción ganadera de base pastoril

12/10/2020 - El ministro de Agricultura de Nueva Zelanda, Damien O'Connor, y el ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca de Uruguay, Carlos María Uriarte, dieron la bienvenida al lanzamiento de un proyecto de tres años que apoyará la producción ganadera sostenible en Uruguay, Argentina y Costa Rica.

El proyecto denominado "Innovación para el manejo de pasturas" es liderado por el Instituto Nacional de Investigación Agropecuarias (INIA) de Uruguay. Su objetivo es aumentar la producción y utilización de pasturas en al menos un 30% en predios ganaderos del Cono Sur y Centroamérica.

Se utilizarán drones y modelos de simulación para medir y monitorear el crecimiento de las pasturas y se implementará un servicio en red que enviará información a más de 4.000 productores de utilidad para optimizar el manejo de las pasturas y aumentar la producción de forrajes.

"Sabemos que la gestión eficaz de las pasturas es uno de los factores clave que impulsan la rentabilidad y la sostenibilidad en las explotaciones, incluida la reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero", dijo O'Connor.

"Mejorar la producción, conservación y utilización de las pasturas también será un factor clave en la capacidad de los productores para responder al cambio climático", dijo Uriarte.

"Tanto Nueva Zelanda como Uruguay tienen una orgullosa tradición de producir ganado, carne, leche y lana para la exportación. Dedicamos superficies de similar tamaño a la producción ganadera de base pastoril, alrededor de 12 millones de hectáreas, y climas templados que permiten el pastoreo de pasturas durante todo el año".

A pesar de sus pequeñas superficies de tierra, Nueva Zelanda y Uruguay ocupan el 6to y 8vo lugar en las exportaciones de carne vacuna y el 2do y 9no lugar en las exportaciones de carne ovina, respectivamente.

El nuevo proyecto está fuertemente alineado con los objetivos del Acuerdo de Cooperación Agrícola entre los dos países. Este acuerdo tiene como objetivo impulsar la investigación y la colaboración entre científicos que trabajan en sistemas agrícolas y pastoriles sustentables, de organizaciones como INIA en Uruguay y AgResearch en Nueva Zelanda.

Nueva Zelanda respalda el nuevo proyecto a través del Ministerio de Industrias Primarias (MPI), como parte de su apoyo a la Alianza Global de Investigación sobre Gases de Efecto Invernadero Agrícolas (GRA).

El nuevo proyecto es uno de los tantos apoyados por el MPI, resultado de un concurso de investigación organizado en 2019 por el Fondo Regional de Tecnología Agropecuaria para América Latina y el Caribe (FONTAGRO), socio estratégico de la GRA.

"A través de la GRA, Nueva Zelanda invierte, junto con otros países miembros, para desarrollar tecnologías y prácticas para reducir las emisiones de la agricultura", dijo O'Connor.

"Mejorar las prácticas de manejo a través de este nuevo proyecto nos ayudará a seguir reduciendo las emisiones, y estoy entusiasmado con el potencial de nuevas tecnologías de mitigación, como los inhibidores y las vacunas que se están desarrollando actualmente".



Durante los últimos 30 años, Uruguay ha reducido significativamente la intensidad de sus emisiones en más del 20%, principalmente por la mejora de la calidad de las pasturas a través de un manejo más eficiente del pastoreo.

"Me complace que este proyecto incluya la participación directa de las organizaciones de productores en el desarrollo de herramientas para informar la toma de decisiones en el campo", dijo Uriarte.

"Uruguay tiene metas ambiciosas como parte de su Contribución Determinada a Nivel Nacional en el marco de los compromisos del Acuerdo de París, y es vital que proporcionemos a los productores la información necesaria para el logro de estas metas nacionales".

Como parte de los esfuerzos conjuntos, la Agencia para el Desarrollo Económico y el Fortalecimiento del Comercio del gobierno de Nueva Zelanda (NZTE, por sus siglas en inglés) y Uruguay organizarán un Día de Campo virtual a comienzos de 2021, que será de interés para productores, agroindustria y otros actores del sector en ambos países.

"Nueva Zelanda y Uruguay tienen una relación de cooperación de larga data, que tiene claros beneficios para los productores de ambos países", dijo O'Connor.

"Soy muy positivo sobre lo que depara el futuro de esta estrecha asociación".

"Nueva Zelanda es uno de los amigos más cercanos de Uruguay en el mundo y un modelo de producción agropecuario sostenible. Por esa razón, se han priorizado las cuestiones ambientales y los sistemas de producción sostenibles como áreas clave de colaboración entre los dos países", dijo Uriarte.

Sobre la GRA

- Uruguay y Nueva Zelanda fueron miembros fundadores de la GRA cuando se lanzó en 2009.
- Hoy cuenta con más de 60 países miembros de todas las regiones del mundo.
- Nueva Zelanda fue presidente inaugural de la GRA y Uruguay la presidió en 2013/14.
- La GRA también se asocia con organizaciones internacionales y regionales claves, responsables de difundir el conocimiento basado en la evidencia a los formuladores de políticas, la comunidad científica y los líderes agrícolas.
- Los miembros y socios de la GRA tienen como objetivo profundizar y ampliar los esfuerzos de investigación de mitigación en los subsectores arroz con cáscara (copresidido por Uruguay), cultivos y ganadería (copresidido por Nueva Zelanda), y coordinar actividades transversales en estas áreas. Esto incluye promover sinergias entre los esfuerzos de adaptación y mitigación.

PARAGUAY

Valor del macho para faena se mantiene estable en US\$ 2,80 por kilo carcasa

Fuente: Valor Agro 14/10/2020 El mercado de haciendas gordas para frigoríficos exportadoras transita otra semana con estabilidad de precios, dejando atrás el intento de correcciones bajas pero sin subas, comentó a Valor Agro un operador

.La fuente ubicó al macho común en US\$ 2,80 por kilo carcasa y al novillo Unión Europea en US\$ 0,05 por encima. Por vacas, la referencia la posicionó en US\$ 2,70 y la vaquilla en un valor cercano al novillo.

El operador también dijo que la oferta sigue siendo escasa, aún cuando el mercado de faenas está operando con menos plantas a causa de cierres temporales de algunas empresas.

Exportadores negocian con Israel para un posible arribo de rabinos en noviembre

14/10/2020 GANADERÍA

Los frigoríficos exportadores están en plena negociaciones con los importadores israelíes para una posible llegada de las cuadrillas de rabinos y comenzar las faenas kosher en noviembre.

Un industrial explicó a Valor Agro que las negociaciones están en curso y la diferencia radica en precios.

Desde Paraguay se pretende alcanzar una cotización de US\$ 6.000 por tonelada.

Para los bróker e importadores, según se expresó, ese valor "es alto" para concretar negocios y aspiran a que pueda bajar. En las últimas faenas, los negocios rondaron los US\$ 5.000 a US\$ 5.300 por tonelada. Algunas empresas aspiran a que los rabinos puedan llegar al país cercano al 25 de octubre para iniciar los procesamientos en noviembre.

En lo que va del año, Paraguay ha exportado a Israel 14.093 toneladas de carne bovina kosher por un total de US\$ 72,1 millones, un valor medio de US\$ 5.155 por tonelada. Fuente: Valor Agro.

La demanda de Chile sigue activa y con perspectivas positivas

16/10/2020 GANADERÍA

El mercado chileno muestra señales de mejora, luego del paso de las tradicionales fiestas patrias donde el consumo de carne tiende a ser más elevado.

Un exportador paraguayo dijo a Faxcarne que los cierres para los 20 cortes se pueden pactar en un rango de US\$ 4.900-5.100 CIF Santiago. "Hay una perspectiva alentadora de las ventas para noviembre y diciembre", dijo el industrial.



Entre enero y septiembre, Chile se posiciona como el mayor mercado en volumen para los cortes bovinos con 64.604 toneladas, una suba del 7,5%. Aunque el valor medio de exportación cayó 2,9% y se ubica en US\$ 4.238 por tonelada.

UNIÓN EUROPEA

Estudio sobre el futuro de la ganadería – Aspectos ambientales, económicos y sociales

The EU livestock sector has far-reaching environmental, economic and social consequences. Increasing the sustainability of our food systems requires looking at all three angles, where a systemic approach is key. The environmental impact of the livestock sector is significant, both negative, in terms of greenhouse gas (GHG) emissions for instance, and positive, regarding for example maintenance of permanent grassland, which benefits biodiversity and represents an important carbon sink. While a lot has been done to reduce the negative impacts, much more can be done. These are among the key findings of the external ‘Study on Future of EU livestock: How to contribute to a sustainable agricultural sector?’, published today by the European Commission. Prepared by two independent experts, this study was requested by the Commission to contribute to the debate on the sustainability of the livestock sector.

Economic and social importance

Across the EU, the livestock sector plays a significant economic and social role. For instance, in 2017, the value of livestock production and livestock products in the EU-28 was equal to € 170 billion, representing 40% of the total agricultural activity. Furthermore, European livestock farms employ around 4 million people, with on average, 1 to 2 workers per livestock farm.

In terms of consumption, protein of animal origin covers over 50% of the total protein content of European diets. In 2020, each European is expected to consume 69.5 kilograms of meat and 236 litres of milk. In recent years, EU meat and dairy consumption has started to decline, with meat consumption expected to decline further by 2030. A shift in the basket of products purchased by average consumers is also noticeable, with a decrease in beef consumption, and a replacement of pigmeat with poultry meat.

Environmental challenges

The study describes the significant environmental impact of the livestock sector both in positive and negative terms. In 2017, the EU-28 agricultural sector produced 10% of the region's total GHG emissions, which is less than industry (38 %) or transport (21%). Once emissions related to the production, transport and processing of feed are included, the livestock sector is responsible for 81-86% of total agricultural GHG emissions. Furthermore, livestock farming contributes to the presence of surplus nitrogen in European aquatic environments while also being a principal emitter of ammonia, leading to considerable environmental damage, such as eutrophication.

The livestock sector contributes to the EU GHG emissions via its effects on soil carbon stocks. For instance, the conversion of arable land into grasslands or forests leads to increased carbon storage, while the conversion of forests and grasslands to arable land has the opposite effect, leading to emissions of carbon. Livestock plays a key role in land use, that can be either positive or negative at local and global level, with for instance land use change mobilised for animal feeding and management of manure.

Livestock, especially ruminants, can have a positive impact on biodiversity and soil carbon via the maintenance of permanent grassland and hedges and optimised use of manure. These positive effects heavily depend on the type of livestock farming and the local conditions in which they are based. The study concludes that it is not possible to consider livestock as a whole.

Increasing sustainability in the livestock sector

The study invites the reader to avoid oversimplification of the debate around the livestock sector and its impact.

The study highlights the EU livestock production's efficiency. If production is reduced in the EU, the risk – if global demand for meat is sustained or increases – is that production and the associated impacts are displaced from the EU to other parts of the world. In addition, simply reducing EU livestock production might not lead to more sustainable agri-food chains. The study underlines the importance of taking into account the different production systems, which have different positive and negative environmental performances. Finally, the experts stipulate that in the transition towards more sustainable food systems, the economic and socio-cultural importance of the sector cannot be ignored. Livestock farming is more than only food production.

The livestock sector can play a key role in this transition, according to the study. The study suggests that livestock systems should evolve to provide a range of goods and services, rather than being guided solely by the goal of production. Climate, health and animal welfare should be placed at the heart of innovation for the livestock farming systems of tomorrow.

Innovation will be crucial to reduce the negative impacts of the sector, including the use of agro-ecological approaches, technology and increased circularity. Productive efficiency should be increased, while



implementing a mix of new technologies and agroecological practices. For instance, agroecological approaches that integrate crops and livestock more closely and maximize the ability of livestock to use non-human-edible biomass for feed may provide scope for reducing pesticides and synthetic fertilizer use while maintaining productivity and ensuring the preservation of natural resources.

Finally, the study also points to the importance of governance to ensure continuity of farm businesses and avoid putting employment at risk during the transition to sustainable livestock systems. Migration to such systems will need to be encouraged by public policies and be rewarded through visibility and economic returns.

The role of the CAP and the Farm to fork strategy

Presented in May 2020 by the European Commission and part of the Green Deal, the Farm to fork strategy aims at making our food systems sustainable. This transition will safeguard food security, ensure access to healthy diets, reduce the environmental and climate footprint of EU food systems, while also ensuring the livelihoods of all operators in the food supply chain. To achieve this, the strategy translated this goal into concrete targets for 2030: reaching 25% of agricultural land under organic farming, reducing by 50% the use and risk of pesticides, a reduction by at least 20% of the use of fertilizers and reducing sales of antimicrobials used for farmed animals and aquaculture by 50%.

The common agricultural policy (CAP) will be a key tool in this transition and in achieving these targets. In the future CAP, each Member State will have to design a CAP strategic plan. Member States will explain in their plans how they will use CAP instruments to contribute to the achievement of the Farm to fork strategy's objectives, based on their local conditions and needs,. In addition, the future CAP offers tools to further promote sustainable agricultural practices. These tools include the eco-schemes, available under the direct payments framework, and environmental and climate management commitments, available under the rural development framework. They both aim at rewarding farmers for going further in the implementation of sustainable farming practices, such as the use of precision farming, agroecological approaches and organic farming.

15 October 2020 New report from the European Commission explores the sustainability and future of Europe's livestock sector.

The new external study, prepared by two independent experts, on the future of the EU livestock covers the livestock sector's economic importance, its environmental challenges and its role in the transition towards more sustainability.

Economic and social importance

Livestock plays a key role in European agriculture production, economy and rural vitality. The value of livestock production and livestock products in 2017 in the EU-28 was equal to € 170 billion, representing 40 percent of the total agricultural activity. 58 percent of EU farms hold animals and around 4 million people are employed in the livestock sector across the EU.

47 million tonnes of meat have been produced in 2017 in the EU, comprised of pig meat (50 percent), poultry meat (31 percent), beef (17 percent), and sheep and goat meat (2 percent). EU is now the world's second largest producer of meat, far behind China but ahead of the United States.

In terms of consumption, protein of animal origin covers over 50 percent of the total protein content of European diets. In 2020, each European is expected to consume 69.5 kilograms of meat and 236 litres of milk. Pork is in first place (31.3 kg) followed by poultry (25.6 kg) and ruminant meat (10.8 kg for beef and 1.8 kg for sheepmeat).

Environmental challenges

The study describes the significant environmental impact of the livestock sector both in positive and negative terms. In 2017, the EU-28 agricultural sector produced 10 percent of the region's total GHG emissions, which is less than industry (38 percent) or transport (21 percent). Almost half of the agricultural emissions arising within the EU come from enteric fermentation (mainly ruminants) and the management of manures (all livestock).

The sectors are engaged in initiatives to reduce their C footprint. EU-28 agricultural GHG emissions decreased by 24 percent between 1990 and 2013. As technical progresses have been achieved, significant progress is still possible to mitigate GHG emissions: changes in feed production (use of legumes), smart use of manure (collection, storage facilities), improved herd management, improvement of animal health, precision feeding or use of feed additives.

Increasing sustainability in the livestock sector

The study highlights the EU livestock production's efficiency. If production is reduced in the EU, the risk – if global demand for meat is sustained or increases – is that production and the associated impacts are displaced from the EU to other parts of the world. In addition, simply reducing EU livestock production might not lead to more sustainable agri-food chains.

Innovation will be crucial to reduce the negative impacts of the sector, including the use of agro-ecological approaches, technology and increased circularity.



The study also points to the importance of governance to ensure continuity of farm businesses and avoid putting employment at risk during the transition to sustainable livestock systems.

The role of the CAP and the Farm to fork strategy

Presented in May 2020 by the European Commission and part of the Green Deal, the Farm to fork strategy aims at making our food systems sustainable.

To achieve this, the strategy translated this goal into concrete targets for 2030: reaching 25 percent of agricultural land under organic farming, reducing by 50 percent the use and risk of pesticides, reducing by at least 20 percent the use of fertilisers and reducing sales of antimicrobials used for farmed animals and aquaculture by 50 percent.

BREXIT: exigen definir el acuerdo de desvinculación

12 October 2020 The Financial Times reports that EU leaders like French President Emmanuel Macron will insist on stringent enforcement rules for any trade deal with the UK.

According to report in Reuters and the Financial Times, President Macron warns that Prime Minister Boris Johnson's bid to override the Brexit treaty shows that Britain's word cannot be trusted.

EU diplomats said leaders at a summit starting on 8 October would call on EU chief Brexit negotiator Michel Barnier to ensure that "level playing field" guarantees for European businesses competing with British companies are backed by the right for Brussels to take rapid retaliatory action if Britain breaches its commitments, the FT reported on Monday.

France and other fishing nations in the EU will emphasise their determination to preserve quota rights in British waters, leaving Barnier with limited space to tease out a deal, the newspaper reported.

The EU wants to secure consistent rights to fish in British waters, an important issue for France where coastal fishing communities are politically influential. Britain wants a deal more like that of non-EU member Norway, under which quotas are set each year.

Johnson has set a deadline of the 15 October EU summit for agreement on a deal, and an EU diplomat said on Friday Barnier wants a few more concessions from Britain before entering the last intense phase of negotiations on a trade deal.

Johnson told German Chancellor Angela Merkel on Sunday 11 October that progress must be made in post-Brexit trade talks with the European Union in coming days to bridge "significant gaps", in particular in the areas of fisheries and the level playing field, his office said.

Johnson repeated his belief that "while achieving a deal in the coming days would be beneficial for both sides, the UK was also prepared to end the transition period on Australia-style terms".

REINO UNIDO: repudio a una ley que exime a las importaciones de cumplir con las normas de bienestar animal

13 October 2020

Vets across the United Kingdom lament a "severe blow for animal welfare" as MPs vote against an amendment that would require food imports to meet the same rigorous welfare and safety standards as UK farm products.

The British Veterinary Association (BVA) has responded tonight after a crucial clause that imposes a requirement for agricultural and food imports to the UK to meet domestic standards was voted down in the House of Commons as part of the passage of the Agriculture Bill. In this evening's session, MPs voted down Amendment 16 by 53 votes (322 votes to 279). The amendment, which was tabled in the Lords by Lord Grantchester, Baroness Bakewell of Hardington Mandeville, Lord Krebs & Baroness Boycott, had garnered a swathe of cross-party support, including from several Conservative MPs. Amendment 18 (the Curry amendment) which would have made the Trade and Agriculture Commission statutory was deemed by the Speaker to be disagreed to as it would impose a charge on the public revenue.

BVA, which represents over 18,000 vets across the UK, has previously urged the Government not to allow animal welfare standards to be compromised in pursuit of future trade deals.

James Russell, BVA President, said: "This result is a severe blow for animal welfare and a betrayal of the Government's own manifesto commitment to maintain and improve on health and welfare standards.

"After such a strong show of support in the Lords, it is bitterly disappointing that the majority of MPs have chosen to ignore the groundswell of public and professional feeling and have voted against a clause that would have safeguarded our own renowned standards and offered crucial protections to the reputation and livelihood of the UK's farming industry. We have long argued that the UK cannot commit to raising the bar domestically while allowing in goods that don't meet the high standards that British consumers rightly want and expect.

"If the government won't legislate to protect our standards it is vital that the Trade and Agriculture Commission is given more powers and stature to safeguard them in future trade deals."



Entidades rurales solicitan ayuda para morigerar el impacto del COVID

14 October 2020 Investments and the rapid deployment of funds are critical to keep the EU's agriculture sector and rural areas on track during the on-going COVID-19 crisis.

Following a 12 October vote in the European Parliament on the Resources for the recovery of Union agricultural sectors and rural areas, led by MEP Paulo De Castro, Copa and Cogeca underlined the urgent need for a rapid deployment of European Recovery Instrument/Next Generation EU (ERI/NGEU) funds and the importance for an equally rapid approval of the CAP Transition Regulation. Facilitating further investments in the sector should most importantly allow for a faster recovery and dealing with on-going COVID-19 crisis.

For Copa and Cogeca members the release of these funds during the transition years would make an important contribution to a much needed recovery of the sector. On this same line, it should be ensured that the measures supported through these means actually complement the "operations preparing the recovery of the economy" as stated by the European Commission in its amended proposal to the CAP post-2020 in May this year. In this line, Copa is disappointed to see that a higher percentage was not dedicated to investments that will help farmers and their cooperatives get back on the track, deal with the on-going coronavirus pandemic and plan for additional improvements in their production in line with new EU objectives.

On the occasion of the vote Pekka Pesonen, Copa and Cogeca Secretary General stated, "We welcome the fact that the work on the transition regulation is moving forward with this vote and that our multiple calls to already make the NGEU/ERI fund available from next year have been heard. However, we stick to the line that the use of these funds should be dedicated prevalently to recovery from COVID-19. In this regard, we are disappointed to see that the Parliament was not ready to live up to that commitment."

Copa and Cogeca members believe that the existing commitments to agro-envi-climate schemes should be continued to keep up with the green ambition of the CAP. Regarding this, it is unfortunate to see that the co-financing rates on the measures funded through ERI funds do not go up to 100 percent. This would ensure a fast and effective deployment of funds and ensure its use also in those Member States that cannot complement the co-financing rates through their national budget.

Last but not least, the additional funds should be channelled through existing measures, to provide for faster and simpler implementation.

ESTADOS UNIDOS

Caen precios futuros ante nueva ola de casos de COVID 19

16 October 2020 US cattle futures sank on 15 October as impending COVID-19 lockdowns in Europe threaten global meat demand.

Reuters reports that CME December live cattle futures dipped 0.725 cent to 109.550 cents per pound, while CME January feeder cattle fell 1.225 cents to 132.100 cents per pound.

"We're highly dependent on demand," said Don Roose, president of US Commodities. "It looks like this next pandemic relief package is on hold until after the election, so the buying habits may be slowing down and the concern with COVID on the rise."

Exportaciones mantienen tendencia a la baja – Recalcan la evolución de los cortes

por Cecilia Pattarino octubre 14, 2020

Desde mediados del año el comportamiento de las exportaciones tanto de carne vacuna como de cerdo se ha visto perjudicado por los efectos de la pandemia derivada del Covid-19.

Cifras de la Federación de Exportación de Carne de Estados Unidos (Usmeff, por su sigla en inglés), indicaron que durante los primeros ocho meses del año las ventas de carne de cerdo sufrieron una caída de 22% a 1,6 millones de toneladas.

El valor de los envíos tuvo un comportamiento contrario, con una expansión de 20% en este rubro respecto al mismo periodo de 2019, resultando en una facturación de US\$ 3,45 millones al cierre del periodo.

Para la carne vacuna la caída en las exportaciones fue considerablemente menor que en la de cerdo, con una reducción de 6% en el volumen enviado entre enero y agosto, que fue de 627.248 toneladas; en divisas disminuyó 9%, con US\$ 4,380 millones de dólares. Este descenso menos marcado se ha logrado gracias a la reactivación de los servicios alimentarios en los mercados asiáticos, como China, Taiwán y Japón.

USMEF October 13, 2020 August exports of U.S. pork and beef muscle cuts were above last year's strong volumes, according to data released by USDA and compiled by the U.S. Meat Export Federation (USMEF). Variety meat exports were lower than a year ago, due in part to the lack of available labor required to harvest and export some items.



U.S. pork muscle cut exports in August were up 1% from a year ago, at 180,369 metric tons (mt), though value was down 11% at \$448.7 million. Combined pork/pork variety meat exports were down 2% in volume (217,893 mt) and 10% lower in value (\$528 million), USMEF says. U.S. pork exports remain on a record pace in 2020, with January-August muscle cut exports up 22% from a year ago to 1.68 million mt, valued at \$4.45 billion (up 20%). Pork/pork variety meat exports were up 17% in volume at just under 2 million mt, with value up 18% to \$5.13 billion.

Pork exports to Japan were higher year-over-year and exports to Vietnam set a new record for the second consecutive month, USMEF notes, while exports to Mexico and Colombia continued to show improvement, despite being lower than a year ago.

Beef muscle cut exports were the largest in more than a year at 89,148 MT, up 3.5% year-over-year, driven by record-large demand in South Korea and Taiwan. August muscle cut exports also set new records in China and Indonesia and beef exports to Canada continued to gain momentum. Combined beef/beef variety meat exports were 109,752 mt in August, down 4.5% from a year ago. Export value was \$673.8 million, down 2% from a year ago but the highest since March, USMEF says.

For January to August, beef muscle cuts were 6% below last year's pace in volume, and 9% lower in value. Exports for beef/beef variety cuts were down 8% and down 9% in value, according to USMEF.

"The upward trend in muscle cut exports is very encouraging and especially critical as beef and pork production continue to rebound from the interruptions earlier in the year," says USMEF President and CEO Dan Halstrom in the release. "Maintaining variety meat volumes has been especially challenging this year but we continue to expand and develop destinations for these items, which are essential to maximizing carcass value."

Halstrom said COVID-19 continues to impact many countries, but the recovery in foodservice is well underway in China and Taiwan and there is progress in other main markets, including Japan and Korea. Even as foodservice activity increases, strong retail and online sales persist.

"Record beef shipments to Korea, Taiwan and China show the kind of rebound U.S. beef can achieve as the foodservice sector gradually recovers and adapts, and we are excited to see demand strengthen further entering the fourth quarter," Halstrom says in the release. "Pork demand is also recovering in some of the regions hardest hit by COVID-19 restrictions, and we see continued export growth in countries where domestic production has been impacted by African swine fever. U.S. pork is also making significant gains in Japan, including dramatic growth in ground seasoned pork and strong demand for chilled U.S. pork cuts in the regional retail sector."

For additional data of January-August export results for U.S. beef, pork and lamb, including market-specific highlights, is available visit the USMEF website.

Elecciones presidenciales: Evalúan impacto en la demanda de carnes - Puntos de especial interés para el sector agropecuario

October 12, 2020 Could a change in administration affect America's meat consumption? Purdue University economist Jayson Lusk says its possible. Speaking with AgriTalk host Tyne Morgan on Monday, Lusk said researchers are noticing more partisan divide in terms of meat demand.

"That's particularly true for highly educated, more liberal consumers who show weaker meat demand compared to more conservative consumers," Lusk said. "That gap has been widening over time, so it's not surprising to see it starting to show up in some of our political debates."

Vice presidential nominee Kamala Harris suggested earlier this summer she would like to see a change to U.S. dietary guidelines to reduce meat consumption. However, Lusk said it could be difficult to change those dietary guidelines immediately. "There's a dietary guidelines committee going on right now," he said.

"The way the administration would affect that process is by who they appointed to that committee. Can they undo that now? I doubt it. But that is a lever (a new administration would have)."

Lusk said if a new administration sought certain types of environmental regulations or climate regulations, that could have an impact on the cattle and beef industry. He sees some pros and cons for agriculture under a Biden/Harris administration.

"You could imagine policies where they try to incentivize certain practices that might do a better job sequestering carbon. Could farmers be paid for adopting those sorts of practices? If we see a sweep of all the legislative and executive branches of government, it's more likely we'll see that kind of move towards those sorts of policies," Lusk said.

Morgan questioned whether politicians are listening to the scientists who are showing that livestock's impact on climate change is exaggerated by activists.

"Livestock does have an impact on the environment," Lusk said. "The question is how big and how much? Our own EPA suggests that maybe 9% of all greenhouse gas emissions are from agriculture, maybe 3% or 4% of that is cattle. We have to put that in context relative to the other impacts that we have."

Lusk said any efforts to curb greenhouse gas emissions for livestock should be done in a way that actually incentivizes producers to adopt practices that actually achieve the desired outcome.



"My fear is that something like a cow tax will just (treat) all animals the same, no matter how they are raised and what part of the country they are raised in, no matter how they are fed, no matter how productive they are," he said. "I think that would be unproductive. We want to make sure if we go down that route that we have a system that actually incentivizes folks to move in a good direction."

One issue Lusk has observed during the coronavirus pandemic is how consumers reacted with their food purchases. While it was predictable that consumers stocked up on pasta and rice or items that are storable, he said the way meat "flew off the shelf was just not what I would have predicted."

Additionally, Lusk says the sales data for plant-based proteins did not suggest a trend away from red meat. "Plant-based products experienced some significant sales growth," he said, "but most the time that is expressed in percentage increases. If you start from a really low base it's easy to get a large percentage increase."

During the height of the packing plant slowdowns in April and May, Lusk said plant-based sales didn't increase much during that period, despite retailers limiting the purchase of red meat items.

"We might have expected a spike in plant-based sales, but I really didn't see that in the data. It does suggest who is buying those products. Maybe these are not the people that were buying a lot of beef and pork to begin with."

Lusk says he is also impressed with the strength of meat demand during the pandemic, "especially with the fact that we haven't come anywhere close to full-recovery of the food service or restaurant sectors."

13 October 2020 Despite President Trump enjoying wide support among US farmers, some have reservations about the impact his trade policies on crop prices and international movement of US farm products.

In an in-depth analysis from Reuters, journalists outline how international trade, biofuels and the environment are shaping the US farm vote.

Opinion polling shows that farmers across the United States tend to support President Trump. However, the impact of his trade wars and biofuel policies have caused economic uncertainty and hardship on some farms.

The Democrat challenger Joe Biden is capitalising on the biofuel issue and will likely have a more multi-lateral approach to international trade. He has also promised to make farming more environmentally friendly.

Trade

As part of President Trump's "America first" policy, he challenged the trading status quo between the United States and many of its top commercial partners. These challenges have often impacted farmers' access to key export markets. The trade war with China, which is a top buyer of US soybeans, pork and dairy has been a sore spot for the president among rural voters.

Economists estimate that the tariffs imposed on Chinese goods since 2018 have resulted in billions of dollars in lost crop sales. To help alleviate the losses, the administration rolled out a nearly \$30 billion cash aid scheme for US farmers. The USDA has also rolled out billions in COVID-19 aid.

AUSTRALIA

Futuro sectorial hacia 2025

James Nason, October 14, 2020

The industry's levy funded research and development provider LiveCorp has had a comprehensive go at answering that question in its new five-year plan released yesterday.

While it takes an optimistic view on where it believes the industry can and should be in five years' time, it doesn't shy away from the active and "real and present" dangers the industry will have to navigate and the skill that will be required to achieve that vision.

In constructing the plan the authors spoke to 53 people, focusing on what the industry should prioritise over the next five year period, and what LiveCorp itself should be seeking to achieve in the same time frame.

The document draws a clear line in the sand that "a past marked by controversy and reactive excesses must be left behind."

Chair Troy Setter expanded on the point in a media release launching the plan yesterday: "Collectively, there's strong desire to build on historical successes, and leave behind those parts of the past that have been marked by controversy in favour of a viable, longer-term future," he said.

The plan also bears out a level of frustration from the dozens of people consulted that despite the efforts and investments that have been made to heed calls for improvements in welfare-related practices, the collective can still be let down by individuals.



"While the livestock export industry is deserving of criticism for past poor practices, on the whole it is more responsible and professional than incidents involving one or two of its members would suggest," one line in the plan document reads.

The plan sets an optimistic goal that in five years' time Australia's industry "has made substantial progress towards confirming its legitimacy", its contribution to the national economy and animal welfare is recognised, individual livestock exporters act as responsible corporate citizens who hold themselves to mutual account, and in which accidental high mortality events are a rarity that do not trigger an existential crisis for the entire industry.

It also carries a message that quality and thoroughness LiveCorp's research which has been praised in the past, should be given greater weight by the Government regulator to bring about regulation that is balanced, well-informed and evidence-based.

While some strategic plans refer to potential threats and risks, this one refers directly to risks that are already "active" as opposed to possible, and dangers that are already "real and present".

Key among the most immediate threats identified are the COVID-19 pandemic and the unfolding global economic recession it has triggered.

"In neither of these instances is there room for evasive action," the document notes.

"The fact that they have not affected the livestock export industry so far does not mean that they will not do so in a five-year timeframe, given the uncertainties involved."

Of particular importance to the Australian livestock export industry is the fact that countries classified as emerging markets and developing economies, many of which are buyers of Australian livestock (like Indonesia, Israel, Kuwait, Malaysia, Qatar, the United Arab Emirates and Vietnam), are likely to be harder hit by the economic impact of COVID-19 than many.

Increased nationalism and shifts to higher tariffs by trading partners; disruptions to established weather patterns and production through climate change and global warming; incidents of poor animal care and mistreatment threatening the viability of the entire industry; and continued pressure from activists, aided and abetted by social media, are among the key risks identified over the next five years.

On the latter, the document calls for a "firmer, more articulate and altogether more compelling response (to activism) than has been the case in recent years".

"The industry's ongoing engagement with, and education of, the audiences that determine its future are as urgent as they are important."

To steer the industry through the next five year period the plan sets out the following 13 strategic goals in four areas.

Included are commitments to develop an effective framework for monitoring and reporting on the health and welfare of animals across the export supply chain by 2025; building the skills, knowledge and capability of people throughout the supply chain, improve the quality of data to shape well-balanced regulation for the industry and increase communication activities with wider community and the Department and regulator.

La ganadería neozelandesa está en camino de ser neutral en emisiones de carbono

09/10/2020 - Estudio estima que la vegetación leñosa en las granjas de ganado ovino y bovino de Nueva Zelanda está compensando entre el 63 y el 118% de sus emisiones agrícolas en la granja

EUROCARNE | Una investigación independiente ha encontrado que las granjas de ganado ovino y bovino de Nueva Zelanda ya están cerca de ser neutrales en carbono y refuerza los llamamientos para el reconocimiento formal del secuestro de las emisiones en la granja.

El estudio dirigido por Bradley Case de la Universidad Tecnológica de Auckland (AUT) estima que la vegetación leñosa en las granjas de ganado ovino y bovino de Nueva Zelanda está compensando entre el 63 y el 118% de sus emisiones agrícolas en la granja. Si se usa el punto medio en el rango del informe, en promedio, la vegetación leñosa en las granjas de ganado ovino y bovino está absorbiendo alrededor del 90% de estas emisiones.

El director ejecutivo de Beef + Lamb New Zealand, Sam McIvor, dice que las emisiones absolutas de gases de efecto invernadero de la producción de ganado ovino y bovino de Nueva Zelanda se han reducido en un 30% desde 1990.

"Esta investigación muestra que de las emisiones restantes, la gran mayoría está siendo compensada por los árboles en nuestras granjas y los productores de ganado ovino y bovino de Nueva Zelanda están en camino de ser neutrales en carbono para 2050.

El estudio refuerza la importancia de que los agricultores obtengan un reconocimiento formal por el secuestro de emisiones que ocurre en sus granjas, dice el Sr. McIvor.

Según el informe de la AUT, la vegetación leñosa está compuesta por 1,52.000lones de hectáreas de bosque nativo y 0,48.000lones de hectáreas de vegetación exótica. Además de secuestrar carbono, esta vegetación ofrece mayores beneficios para la biodiversidad y los ecosistemas de agua dulce de Nueva Zelanda.



“El informe identifica dónde pueden concentrarse los ganaderos de ganado ovino y vacuno para continuar construyendo la vegetación nativa y la biodiversidad en sus granjas”, dice el Dr. Case. “Los mapas regionales de la investigación indican dónde es más necesaria la gestión para garantizar que los bosques se gestionen para evitar que se conviertan en fuentes de carbono atmosférico”.

Es importante destacar que la estimación de las emisiones netas de carbono asumió una tasa neta neutra para el secuestro del suelo, por lo que la cantidad de secuestro que ocurre podría ser aún mayor.

“Si bien hay bastante buena información sobre las reservas de carbono del suelo, no hay buenos datos sobre los cambios anuales en el secuestro del suelo y la ciencia al respecto aún está en desarrollo”.

Percepción positiva de los consumidores sobre las carnes bovinas

15 October 2020

Perceptions of the red meat industry are improving, as is knowledge of the industry among consumers in metropolitan Australia, according to Meat & Livestock Australia’s (MLA) latest consumer sentiment research.

Conducted annually since 2010 by strategic consultancy firm Pollinate on behalf of MLA, the research measures and tracks consumer sentiment in the community towards the Australian red meat industry.

The research is used to inform the industry’s community engagement strategy addressing community concerns, and benchmark the impact of MLA’s programs on building community trust in the beef and lamb industry.

MLA Managing Director Jason Strong said this year’s consumer insights reflected a growing acknowledgement of cattle and sheep producers and the work of the industry among metropolitan consumers.

“Despite an environmentally, socially and economically challenging year, perceptions of the red meat industry are improving – 67% of consumers feel ‘good’ or ‘very good’ about the Australian beef industry, and 62% feel ‘good’ or ‘very good’ about the Australian sheep industry,” Mr Strong said.

“Consumers are hearing more positive messages about the industry, particularly in relation to industry standards and the positive impact on the Australian economy. Within this is a real acknowledgement that producers do a good job and are widely respected.

“This is very encouraging for the industry, particularly in a year where a number of significant events have impacted the red meat industry across Australia including drought, bushfires and the global COVID-19 pandemic.

“Overall red meat consumption has remained stable. Most red meat eaters have not reduced their consumption, nor are they planning to do so in future, with 62% of consumers eating about the same amount of red meat compared to a year ago.

“The number of consumers in metropolitan Australia who claim to be vegetarian has remained stable since 2016, at 7%. Interestingly, 39% of claimed vegetarians still eat meat.”

Mr Strong said perceived industry knowledge has increased, with around one in three consumers feeling they have a ‘good knowledge and understanding’ of the Australian beef and lamb industries.

“However, consumers are less informed about the specifics, highlighting the need for the industry to continue to increase awareness and engagement with community and consumers,” Mr Strong said.

“The research shows that consumers turn to a wide range of information sources, with the internet, industry bodies and health professionals, still important sources of information about the industry.

Engagement - TN.jpg

“While one in three consumers use the internet to find information about Australian red meat in relation to its environmental impact and animal welfare credentials, this year has seen consumers increasingly turning to supermarkets and butchers as sources of information about the industry.

“Given strong consumer patronage of supermarkets and butchers throughout the COVID-19 pandemic, it is not surprising we are seeing these channels become increasingly important sources of information for consumers.”

The research significantly informs the community engagement and marketing activities that MLA undertakes on behalf of the red meat industry, explaining our production systems and demonstrating that our producers are ethical and responsible custodians of livestock, land and natural resources.

Futuro de la ganadería en una economía de bajo carbono

16 October 2020 MLA Managing Director Jason Strong yesterday appeared at the 2020 Global Food Forum presented by The Australian, on a panel discussion around the future of red meat in a low carbon economy.

Here, Jason reflects some of the key themes covered in the Forum, including the strong position of Australia’s red meat industry, the positive work of industry and producers in lowering emissions, the ongoing commitment to meet consumer expectations and calling out those who continue to denigrate red meat in an attempt to promote and sell alternate proteins.



Opinion:

One of the biggest challenges facing Australia's \$18 billion red meat industry is not from alternative proteins, but how we respond to the opportunities to meet unprecedented growing global demand for protein.

After enduring horrendous conditions during the past three years, including drought, floods, bushfires and a global pandemic, the red meat industry has shown how resilient it can be and has emerged in fantastic shape with a strong outlook.

Australian red meat is in high demand domestically and internationally in over 100 markets, with our reputation for eating quality, food safety, traceability and taste, driving this strong demand.

We now have a three-to-five year period where we have an opportunity that we've never seen before, with a forecast protein shortage across the globe driven by African Swine Fever (ASF) and demand set to grow as consumers become increasingly affluent.

Alternative proteins

While we hear much rhetoric about competition from alternative proteins, particularly plant-based proteins – much of it generated by vested-interests who have an agenda to eliminate red meat from our diets – it is firmly misplaced and sadly lacking in fact.

The reality is plant-based proteins are not new, with the trend being to replicate the sensory experience of natural and farm grown meat existing for several decades.

But we are still not seeing a huge groundswell of people becoming vegetarian or turning away from red meat at retail.

Recently released consumer sentiment research from MLA shows despite an environmentally, socially and economically challenging year, perceptions of the red meat industry are improving – 67% of consumers feel 'good' or 'very good' about the Australian beef industry, and 62% feel 'good' or 'very good' about the Australian sheep industry.

The research also showed the number of metropolitan consumers who identify as vegetarian has remained stable at about 7% and, of those, 39% still occasionally eat meat. At the same time, 15% of meat eaters have tried being vegetarian in the past, so there's a high return rate to eating meat.

This is not to say that, as an industry, we are not acutely aware of what our consumers and the community want. We have conducted this annual consumer sentiment research for a decade because we need to be responsive to consumers if we are to grow and seize our opportunities.

Simply put – it's time to stop the denigration of our red meat industry and have a truthful conversation about the future global growth demand for protein, and more importantly how we meet that demand.

Environmental stewardship

It's time for those with an anti-red meat agenda to acknowledge the environmental stewardship credentials of our producers and their work to date to lower emissions, as well as their proactive commitment to intergenerational sustainability and improved production.

It's also time for those with an anti-red meat agenda to acknowledge the important nutritional credentials of red meat and its important role in ensuring families across the globe can eat healthy and balanced diets.

When it comes to looking at the Australian red meat's emissions, we have already reduced Greenhouse Gas (GHG) emissions by 57% since the baseline year of 2005 and we are actively working towards achieving our ambitious target to be carbon neutral by 2030.

Fascinating data reported this week shows global GHG emissions have dropped 8.8% in the first half of 2020 – declining at a faster rate than any time since records began as COVID-19 crushes demand for travel and other energy uses.

While global figures do vary, data suggests that by sector, the livestock sector and its related impacts are globally only responsible for 8%, and our red meat industry, including exports, have continued to perform strongly during this pandemic with limited supply disruptions.

It is a timely reminder that the global emissions reduction challenge is a collective one, with environmental impacts shared across many sectors.

Trust in red meat

Research shows that consumers trust red meat producers and our ongoing commitment to protecting the environment for future generations can only help to build that trust further.

Most experts predict that plant-based, cell-based and animal proteins will all have a place in the market – as they do now. However, when we look at issues of labelling or calling plant-based proteins 'meat', the red meat industry's starting position should be if something is labelled or called 'meat' then it must be a traditional animal protein. It is rightly a very emotive issue for many in our industry – and this issue is only fuelled by those who denigrate our product whilst seeking to use its name.

For me this is about fairness and honesty in the way products are promoted and described.

We should be mature and pragmatic - but absolutely excited - about the future and the opportunities ahead of us and we should defend and protect the credentials of our industry and the relationship and support we have with and from our customers



Ultimately, my message is simple. If you want to be like us and are truly committed to responding to the global protein demand while leaving the environment in better shape than we found it, then great, let's work together to make that happen.

However, if you are just pushing a personal crusade by selectively using information to damage the reputation of red meat to make your product seem better than it is, then we don't want anything to do with you and we sure don't want consumers to mistake you for us.

For MLA's part – we will continue to promote the attributes of our product to consumers globally, guided by informed research and data. The future for Australia's red meat is bright and we are perfectly positioned to continue to supply the world with natural, quality Australian red meat.

EMPRESARIAS

PARAGUAY Marfrig adelanta su proyecto de construir un frigorífico

Fuente: Valor Agro. 15/10/2020 La multinacional brasileña, Marfrig Global Foods, busca acelerar su llegada a Paraguay y tiene avanzando el proyecto de construcción de una industria frigorífica, luego de no alcanzar un acuerdo para la compra de la planta de Pedro Juan Caballero.

Una fuente de Marfrig dijo a Valor Agro que "estamos adelantados en el proyecto". Además comentó que se está en la búsqueda de un terreno para desarrollar la inversión. Con respecto a la ubicación de la planta, la fuente comentó que "se están evaluando opciones" y, al momento, "no hay nada definido".

Según supo Valor Agro, las alternativas podrían ser cercanas a Asunción o en una región de San Pedro.

Recientemente Marfrig celebró una alianza con productores que integran la Asociación Paraguaya de Productores y Exportadores de Carne (Appc) y anunció una inversión en el país de US\$ 100 millones en un plazo máximo de 24 meses, con el interés de llegar lo antes posible.

El director presidente de Marfrig, Miguel Gularte, aseguró, semanas atrás en una entrevista realizada por Valor Agro, que "Paraguay es sumamente atractivo para los agronegocios, ya que tiene todas las condiciones que uno desea para entrar en este tipo de negocio".

JBS: empresa subsidiaria de ESTADOS UNIDOS acordó pago de abultada multa

Fonte: Valor Econômico. This post was published on 14 de outubro de 2020

A JBS informou na madrugada desta quarta-feira (14) que a Pilgrim's Pride, subsidiária com ações listadas na Nasdaq, firmou um acordo com a Divisão Antitruste do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ).

A Pilgrim's Pride, uma das principais divisões de negócios da JBS, pagará uma multa de US\$ 110 milhões (o equivalente a R\$ 615 milhões) no âmbito das investigações sobre um cartel de frango nos Estados Unidos.

As concorrentes americanas Tyson Foods e Sanderson Farms também são investigadas pelo DoJ. O conluio para combinar preços teria ocorrido entre 2011 e o início de 2019.

As investigações do órgão antitruste americano vinharam avançando. Na semana passada, o DoJ comunicou o indiciamento de mais seis pessoas, incluindo Bill Lovette, que foi CEO da Pilgrim's entre 2011 e 2019.

Jayson Penn, substituto de Lovette na subsidiária da JBS, também já havia sido indiciado. Em junho, ele se licenciou do comando da Pilgrim's para se defender das acusações.

De acordo com a JBS, o acordo feito pela Pilgrim's ainda está sujeito à aprovação da Corte Distrital do Estado do Colorado.

Em fato relevante, a companhia brasileira informou que o acordo envolve restrições à competição que afetaram três contratos de venda de produtos de carne de frango de corte a um cliente nos EUA.

O acordo não recomenda monitoramento, restituição ou período de condicional, e prevê que a Divisão Antitruste não apresentará acusações adicionais contra a Pilgrim's com relação ao tema do acordo.

A multa de US\$ 110 milhões será registrada no balanço da Pilgrim's do terceiro trimestre como "despesas diversas".

Outras investigações

Nos EUA, o setor de frango não é o único alvo das investigações antitruste. Em junho, a agência Bloomberg informou que o DoJ pediu informações às quatro maiores indústrias de carne bovina: Cargill, JBS USA, Tyson Foods e National Beef (controlada pela brasileira Marfrig Global Foods).

Não há detalhes sobre esse inquérito, mas a investigação teria sido aberta após o pedido de um grupo de Estados americanos. Nos EUA, as quatro empresas concentram 80% dos abates de bovinos, o que preocupa pecuaristas sobre o poder de precificação dessas companhias.

Na ocasião do pedido feito pelo DoJ, a National Beef informou à Bloomberg que "a solicitação era de escopo muito restrito, o que nos leva a acreditar que o Departamento de Justiça não necessariamente acredita que haja uma questão antitruste"



Reuters October 14, 2020 11:54 AM

NEW YORK (Reuters) - Brazil's J&F Investimentos, parent company of the world's largest meatpacker JBS pleaded guilty to violations of the U.S. Foreign Corruption Practices Act (FCPA) and agreed to pay \$256 million in criminal fines, prosecutors said on Monday.

The amount of the bribes paid by J&F officials to high-level government officials exceeded \$150 million and the company made \$178 million in profit, U.S. prosecutors said in open court.

Lucio Martins, J&F's director of compliance, pleaded guilty on behalf of the company in a video conference proceeding before U.S. District Judge Margo Brodie in Brooklyn.

Between 2005 and 2017, the company conspired to bribe officials to get the Brazilian government and other entities to arrange financing and equity transactions benefiting J&F, according to a U.S. charging document.

Minerva suspende plan para llevar Athena Foods a la bolsa de Estados Unidos

16/10/2020 GANADERÍA

Los planes de Minerva de llevar la subsidiaria Athena Foods al Nasdaq quedaron por el camino, al menos momentáneamente. La empresa brasileña anunció el jueves 8 que puso fin a las conversaciones para la combinación de negocios con la Sociedad de Propósito Específico para Adquisición (SPAC, por su sigla en inglés).

La SPAC, que cotiza en Nasdaq, invertiría US\$ 300 millones para adquirir el 23% de Athena, filial que aglutina las operaciones de Minerva fuera de Brasil y que, con la negociación, cotizaría en la bolsa estadounidense. Según una fuente, el deterioro de las condiciones financieras en los mercados obstaculizó los planes. SPAC no pudo cumplir con algunos de los requisitos, como obtener un préstamo de US\$ 100 millones para financiar la inversión, informó Valor.